



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Laís Sankari Nogueira Ribeiro

Gênero, Poder e Militarização: Uma perspectiva feminista sobre Abu Ghraib.

Florianópolis

2024

Laís Sankari Nogueira Ribeiro

Gênero, Poder e Militarização: Uma perspectiva feminista sobre Abu Ghraib.

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em
Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito
para a obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais

Orientador(a): Prof. Dr^a Mónica Salomón González

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela
BU/UFSC.

Ribeiro, Laís Sankari Nogueira
Gênero, Poder e Militarização: Uma perspectiva
feminista sobre Abu Ghraib. /Laís Sankari Nogueira
Ribeiro ; orientadora, Mónica Salomón González, 2024.
59 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Curso de Relações
Internacionais , Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais . 2. Estudo de Gênero . 3.
Abu Ghraib . 4. Feminismo Pós-Estruturalista . 5.
Masculinidade Militarizada. I. González, Mónica Salomón .
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Relações
Internacionais . III. Título.

Laís Sankari Nogueira Ribeiro

Gênero, Poder e Militarização: Uma perspectiva feminista sobre Abu Ghraib.

Florianópolis, 03 de Dezembro de 2024.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e aprovado em sua forma final pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dr.(a) Liana Bohn

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Dr.(a) Alessandra Jungs

Massachusetts Institute of Technology

Certifico que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora:

Insira neste espaço
a assinatura

Prof.(a) Dr.(a) Mónica Salomón González

Orientador(a)

Florianópolis, 2024

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, pelo seu apoio incondicional em todos os momentos e sua crença inabalável na minha capacidade. Carrego comigo o seu amor, sua força e todas as coisas boas que me transmitiu nesses 23 anos em que estivemos juntas. Agradeço sua compreensão infinita, sua fé e seu carinho. Em momentos difíceis, lembro de você e de todas as vezes que estive ao meu lado. Como você sempre me disse: “Maktub”, aquilo que vai ser, será.

Ao meu pai, que, apesar de todas as discussões, esteve ao meu lado e nunca deixou de acreditar no meu potencial. À minha irmã Lesy e à minha avó Ligia, *in memoriam*, que está comigo nos pensamentos e costumava me ligar semanalmente para conversarmos sobre a faculdade e a vida. Sou grata por todo o amor e apoio que me dedicaram.

À Maria Gabriela, que, apesar de todos os meus momentos de chatices, esteve ao meu lado incondicionalmente, me apoiando e me fazendo rir. Apesar de todas as dúvidas e complicações, seu companheirismo foi um dos maiores presentes que ganhei nesses anos de graduação.

Agradeço, também, a todos os amigos que fiz nesta graduação: Dani, Vítor, Tabane e, especialmente, Luísa e Andréia, que me apoiaram ao longo do processo de monografia.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina por ter me proporcionado um espaço seguro para crescer e à minha orientadora Mônica, pelo apoio e paciência.

“Ela era muito boazinha para ser uma soldado’ ele falou” (Gourevich e Morris, 2008).

RESUMO

Esta monografia busca analisar a maneira em que a masculinidade militarizada influenciou a participação das mulheres soldados americanas nos crimes cometidos na prisão de guerra de Abu Ghraib. Examinaremos, desse modo, como as dinâmicas de gênero, as construções discursivas do poder e a performance da masculinidade hegemônica contribuíram para a perpetração da violência. A partir da desconstrução das categorias de gênero e da análise do discurso, argumenta-se que os abusos não foram atos isolados de crueldade, mas sim manifestações de uma cultura militarizada que hierarquiza corpos e naturaliza a violência. A participação de mulheres soldados nos abusos evidencia a complexidade do fenômeno, desafiando o essencialismo de gênero e revelando como as mulheres podem ser agentes e vítimas em sistemas de poder opressivos. A pesquisa demonstra que a masculinidade militarizada, construída em oposição à feminilidade, e associada à força física, à agressividade e ao controle emocional, opera como um dispositivo de poder que legitima a violência em contextos de guerra.

Palavras-chave: Abu Ghraib, Guerra ao Terror, Estudo de Gênero, Violência Sexualizada, Masculinidade Militarizada, Militarismo.

ABSTRACT

This final course assignment seeks to analyze the way militarized masculinities influenced the participation of American female soldiers in the crimes committed at Abu Ghraib prison. We will examine how gender dynamics, discursive constructions of power, and the performance of hegemonic masculinity contributed to perpetrating violence. Based on the deconstruction of gender categories and discourse analysis, we argue that the abuses were not isolated acts of cruelty but rather manifestations of a militarized culture that hierarchizes bodies and naturalizes violence. The participation of female soldiers in the abuses highlights the complexity of the phenomenon, challenging gender essentialism and revealing how women can be both agents and victims in oppressive power systems. The research demonstrates that militarized masculinity, constructed in opposition to femininity and associated with physical strength, aggression, and emotional control, operates as a power device that legitimizes violence in war contexts.

Keywords: Abu Ghraib, War on Terror, Gender Studies, Sexualized Violence, Militarized Masculinity, Militarism.

LISTA DE FIGURA

- Figura 1 - Anexo: Layout da prisão de Abu Ghraib após a queda do regime de Saddam Hussein. 32
- Figura 2 – Anexo: Layout interno da prisão correcional de Abu Ghraib sob direção dos Estados Unidos (imagem de inteligência do Departamento de Defesa dos Estados Unidos): 33
- Figura 3 – Anexo: Lynndie England segurando uma corrente em forma de coleira presa em um detento (foto de 4 novembro de 2003). 45
- Figura 4 – Anexo: Lynndie England posando com um cigarro em frente aos detentos nus e se masturbando de modo forçado (foto de 4 novembro de 2003). 45
- Figura 5 – Anexo: Sabrina Harman e Charles Graner posam com uma pirâmide humana de detentos (foto de 7 novembro de 2003). 46

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE GÊNERO, GUERRA E FEMINISMO PÓS-ESTRUTURALISTA.....	13
2.1 Feminismo Pós-estruturalista, dicotomia de gênero e Militarização:.....	13
2.2 Gênero e Militarismo: pilares de análise de gênero sobre o caso de Abu Ghraib.....	19
2.2 Definindo conceitos: violência de gênero, violência sexualizada e tortura.....	25
3. GUERRA AO TERROR E A PRISÃO DE ABU GHRAIB.....	29
3.1 Uma breve contextualização sobre a Guerra ao Terror e a Invasão no Iraque (ou os anos que antecederam uma “nova” Abu Ghraib).....	29
3.2 Abu Ghraib: de Hussein até o escândalo de 2004.....	32
3.3 A Organização Prisional de Abu Ghraib.....	38
4. MASCULINIDADE MILITARIZADA, ESTADOS UNIDOS E MULHERES SOLDADOS.....	40
4.1 Masculinidade Militarizada nos Estados Unidos da América.....	41
4.3 As soldados de Abu Ghraib em um contexto de masculinidade militarizada.....	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53

1. INTRODUÇÃO

O escândalo de Abu Ghraib, ocorrido entre 2003 e 2004, chocou o mundo ao revelar as práticas de tortura e abuso perpetradas por soldados estadunidenses contra prisioneiros iraquianos (Gourovich: Morris, 2008). As imagens de humilhação e violência sexualizada desafiaram o discurso e as articulações tradicionais sobre gênero e guerra, expondo as interações complexas a gênero, poder e violência em cenários de conflito (Banwell, 2022). Essa pesquisa tem como intuito analisar a maneira em que a masculinidade militarizada influenciou a participação das mulheres soldados americanas nos abusos sexualizados de Abu Ghraib.

Para cumprirmos com o objetivo, detalharemos, brevemente, a história da Guerra ao Terror e a invasão do Iraque após os atentdos terroristas de 11 de Setembro de 2001. Essa contextualização é necessária para que se possa entender o cenário em que culminou os abusos no complexo prisional de Abu Ghraib. Os ângulos de articulação discursivas usados pela administração do governo de George W. Bush em relação aos atentados foram centrais para a formação de uma nova identidade americana, que foi pautada pela ideologia neoconversadora e pelo militarismo.

Assim sendo, a partir da desconstrução das dicotomias de gênero e da análise do discurso e das imagens, argumenta-se que os abusos em Abu Ghraib não foram atos isolados de crueldade, mas sim manifestações de uma cultura militarizada que hierarquiza, instrumentaliza e naturaliza a violência. A participação de mulheres soldados nos abusos evidencia a complexidade do fenômeno, desafiando o essencialismo de gênero e revelando como as mulheres podem ser agentes e vítimas em sistemas e enquadramentos de poder opressivos (Harp: Struckman, 2010; Banwell, 2022).

Deste modo, temos como intuito argumentar que o gênero é uma construção social e discursiva que molda e é moldada por relações de poder, hierarquizando valores e comportamentos. A dicotomia homem/mulher e masculino/feminino, dentro da lógica ocidental, privilegia o masculino e cria uma estrutura de poder pautada na masculinidade hegemônica. Como aporte ao nosso argumento, explicaremos os conceitos de masculinidade hegemônica, masculinidades militarizadas e oposições binárias de gênero, demonstrando como essas construções são perpetuadas em práticas militares e na política internacional (Peterson e Runyan, 2010; Eichler, 2014)

Tendo em vista que o objetivo central da monografia é analisar a influência da masculinidade militarizada nos ocorridos no complexo de Abu Ghraib, optamos por utilizar

da abordagem do feminismo pós-estruturalista, porque entendemos que a masculinidade militarizada é um enquadramento de poder construído por intermédio da prática-articulação do discurso (Laclau: Mouffe, 2008). Assim sendo, focaremos em entender como as dinâmicas de gênero e as construções discursivas do poder contribuíram para a culminação da violência na prisão iraquiana.

Para tanto, a pesquisa se estrutura em quatro capítulos. O segundo capítulo apresenta os principais conceitos da monografia como gênero, poder e discurso, bem como o feminismo pós-estruturalista, contextualizando a aplicação dessa perspectiva teórica na análise das dinâmicas de gênero estadunidenses e participação das mulheres soldados nos delitos. O terceiro capítulo analisa o contexto histórico da Guerra ao Terror e da prisão de Abu Ghraib, delineando o cenário em que os abusos ocorreram e a organização interna do complexo prisional. Enquanto o quarto capítulo investiga a construção da masculinidade militarizada nos Estados Unidos e o papel das mulheres soldados em Abu Ghraib, demonstrando como as mulheres se inserem e desafiam as estruturas de poder no contexto militar. Por fim, o quinto capítulo apresenta as conclusões da pesquisa, destacando as implicações do estudo para a compreensão das relações de gênero em cenários de conflito e para o campo das Relações Internacionais.

2. UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE GÊNERO, GUERRA E FEMINISMO PÓS-ESTRUTURALISTA

O presente capítulo tem como objetivo introduzir os elementos centrais para a construção de uma análise sobre as relações de poder e de gênero no contexto de instituições militarizadas, em especial, a prisão de guerra iraquiana Abu Ghraib, com base em uma abordagem do feminismo pós-estruturalista. Essa perspectiva foi escolhida pois permite dissecar a complexidade do gênero, não apenas como uma categoria social, mas como um sistema discursivo que molda e é moldado pelos enquadramentos dominantes da política internacional.

Adota-se o feminismo pós-estruturalista como referencial teórico, dada sua capacidade de explorar discursos, textos e imagens para compreender como se formalizam as estruturas de poder dominantes nas sociedades militarizadas. Ao longo desta monografia, será argumentado que as dicotomias de gênero, como homem/mulher e masculino/feminino, não apenas organizam a realidade social, mas também hierarquizam valores e comportamentos, valorizando as características associadas ao masculino e criando uma estrutura de poder pautada pela masculinidade hegemônica.

Assim sendo, a análise será ancorada em conceitos como masculinidade hegemônica, masculinidades militarizadas e oposições binárias de gênero, sinalizando o modo como essas construções prático-discursivas são perpetuadas no ambiente militar e na política internacional. Com base nesse referencial teórico, que será elaborado posteriormente, a análise do caso de Abu Ghraib examinará as formas de violências sexualizadas praticadas no contexto prisional, argumentando que essas violências são manifestações de poder de gênero e do discurso ocidental sobre a militarização. Para além disso, estabeleceremos as bases para discutir, no quarto capítulo, o modo em que as soldadas de Abu Ghraib desafiaram o essencialismo de gênero ao participar dos delitos no complexo prisional. Ao focar na interseção entre gênero, poder e discurso, o estudo pretende contribuir para uma compreensão crítica das dinâmicas de gênero nas guerras e no militarismo.

2.1 Feminismo Pós-estruturalista, dicotomia de gênero e Militarização:

Analisar e criticar como as dinâmicas de gênero operam em contextos de guerra, instituições militares e culturas militarizadas, tanto antes, durante, quanto depois dos conflitos, tem se tornado um ponto de destaque dentro das Relações Internacionais. Existem diversas

abordagens e perspectivas feministas, mas a utilizada nesta monografia será a do feminismo pós-estruturalista.

Essa perspectiva foi escolhida por seu potencial analítico, que utiliza o discurso, o texto e a imagem (um dos elementos centrais para essa monografia) como ferramentas para compreensão da formação de estruturas, ordenamentos e enquadramentos de poder. Além disso, parte-se do pressuposto de que as dinâmicas sociais são influenciadas e, ao mesmo tempo, influenciam o enquadramento dominante da política internacional através da prática-articulação discurso. Esse enquadramento, por sua vez, gera e perpetua relações de poder também por meio do discurso e da sua relação com o sujeito (Çalkivk, 2017).

Diferente do estruturalismo, que se preocupa em estudar as estruturas subjacentes aos sistemas vigentes e seu impacto nas relações sociais, o pós-estruturalismo visa estudar o modo em que essa estrutura é formalizada, já que entende que não existem estruturas fixas, universais ou imutáveis. Assim como no estruturalismo, os pós-estruturalistas criticam a ideia positivista de um sujeito autônomo, racional e completamente independente (Mariano, 2005). Radicalizando as ideias de teóricos estruturalistas como Saussure e Lévi-Strauss, os pós-estruturalistas entendem que não existe um sujeito de natureza fixa, mas que o sujeito é construído através das relações de poder e de contextos históricos e políticos (Foucault, 1998; Çalkivk, 2017).

O poder é um conceito que foi reinterpretado pelos teóricos pós-estruturalistas. Foucault (1998) desafiou a compreensão tradicional do poder diretamente atrelado à lei e à repressão ao argumentar que o poder é uma relação social que não só reprime, mas também estrutura as possibilidades de ação do sujeito e cria formas de atuação. Isto é, o poder é caracterizado e designado por relações sociais entre sujeitos.

Essa construção de relações sociais ocorre, para os pensadores pós-estruturalistas, através da linguagem, que é responsável por moldar a subjetividade e a percepção da verdade dos sujeitos. Eles aceitam a ideia de Saussure de que os significados são construídos através de um sistema de diferenças, mas se opõem à ideia de universalidade da linguagem, isto é, entendem que não existe uma estrutura universal fixa de comunicação e que o discurso e o texto são ambíguos e abertos a diversas interpretações (Çalkivk, 2017).

Aqui, o texto vai além da literatura escrita e representa o entendimento do sujeito sobre sua realidade, que é sempre interpretada e mediada pela linguagem. Nesse sentido, Derrida (1997) aponta que o pensamento ocidental é construído com base de um pensamento

logocêntrico, onde se criam dicotomias comunicativas: deus/diabo, certo/errado, bom/ruim, homem/mulher, onde a compreensão de um conceito depende do entendimento do outro, gerando uma relação binária entre os termos.

Essa relação binária é, também, hierárquica, na medida em que o primeiro termo é considerado superior e ligado ao “logos” (razão), enquanto o segundo é posto em oposição e, desse modo, inferiorizado (Derrida, 1997; Çalkivk, 2017). Para Derrida (1997), o logocentrismo se desconstrói por natureza, porque as dicotomias criadas são insustentáveis, já que não existe totalidade em nenhum dos termos, que estão contaminados devido à sua relação de interdependência conceitual. Desse modo, identificar essas oposições dentro de seus sistemas específicos é uma forma de desconstrução e esse é o marco da análise pós-estruturalista (Mesquita Jr, 2018.)

Desconstruir significa analisar operações da diferença nos textos e as formas nas quais os significados são trabalhados. [...] Revela a interdependência de termos aparentemente dicotômicos e como seu significado se relaciona com uma história particular. Mostra-os como oposições não naturais, mas construídas; e construídas para propósitos particulares em contextos particulares (Scott, 1999, p. 208).

Dentro de uma abordagem feminista, as autoras pós-estruturalistas entendem que o gênero é construído pelo discurso e as categorias dicotômicas de homem e mulher são historicamente e socialmente variáveis. Para além disso, elas se embasam na ideia de desconstrução de Derrida (1997) para apontar a relação de oposição binária entre as construções de homem/mulher e suas relações hierárquicas (Maclaran, 2017). Butler (1990) determina que o gênero e o sexo são práticas discursivas em desenvolvimento, justamente porque compreende que eles não existem biologicamente, mas são produzidos e reproduzidos pelo sujeito, através do discurso, do texto e da imagem, a partir dos enquadramentos de poder.

Assim sendo, abordaremos o gênero como um grupo de símbolos discursivos aprendidos socialmente, utilizado para interpretar a realidade, classificar indivíduos e guiar ações em sociedade (Peterson; Runyan, 2024). O gênero e o sexo são, aqui, entendidos como uma série de significados e padrões além da esfera individual e biológica, são comportamentos e atitudes que dicotomizam e definem o feminino/masculino através do texto e do discurso. Desse modo, compreende-se que o militarismo e a guerra, temáticas centrais dessa monografia, fazem parte de uma série de dinâmicas sociais – práticas, valores, culturais – que determinam, influenciam e são influenciadas pelo gênero e pelos enquadramentos dominantes da política internacional (Enloe, 2000; Cockburn, 2007; Sjoberg; Via, 2010).

O feminismo pós-estruturalista trabalha, assim sendo, com a ideia ontológica do gênero socialmente construído por meio da prática discursiva. Como mencionado anteriormente, o gênero se configura como uma série de símbolos que vão além do biológico. Nesse sentido, para autores pós-estruturalistas, o sexo biológico também é socialmente construído. Em suma, não existem características inerentes ao sexo, tanto sexo quanto gênero são discursivos e construídos com base no enquadramento de poder (Butler, 1990; Butler, 1998; Scott, 2010).

As identidades e expressões de sexo e gênero são constituídas pela repetição de signos, atos e gestos, que possuem caráter intencional e performativo. Esses elementos, ao mesmo tempo que produzem, também reafirmam significados e participam da construção dos corpos. Assim, o reconhecimento de nosso gênero, tanto pelos outros quanto por nós mesmos, ocorre dentro de limites históricos e culturais específicos. No entanto, é justamente nessa performance que reside a possibilidade de agência e transgressão (Faustini; Castro; Vieira, 2021).

Assim sendo, o gênero é expresso dentro de contextos históricos e culturais específicos, na medida em que ele é desenvolvido através da socialização e da subjetivação (o processo de tornar-se sujeito, isto é, tomar noção de si) dos indivíduos (Stern, 2016). Propor uma análise de gênero a partir do pós-estruturalismo é pensar criticamente sobre o binarismo de gênero e a própria ideia de gênero e de sexo, por meio do estudo de discursos. Como já mencionado, o discurso é construído por intermédio de estruturas históricas, culturais e sociais que se estabelecem através um sistema de identidades e símbolos. Além disso, o discurso também é uma prática que fundamenta os objetos tratados e reproduz as relações de poder e de dominação (Scott, 2010; Stern, 2016).

Partindo dessa perspectiva, usaremos o conceito de hierarquias de gênero de Peterson e Runyan (2014), que é compartilhado entre abordagens feministas, mas será usado através de um viés de prática-articulação do discurso. A hierarquia de gênero não só estabelece o posicionamento de homens e de mulheres dentro das instituições globais, incluindo a instituição militar, mas também demonstra o modo em que ele opera no contexto de manutenção de desigualdades baseadas em gênero, raça, classe, sexualidade e nacionalidade. Esse foi o conceito escolhido, porque ignorar uma abordagem feminista nesse cenário significa desconsiderar a natureza de gênero das tomadas de decisões políticas e suas consequências (Enloe, 1989).

Trataremos, desse modo, do gênero como uma série de comportamentos sociais aprendidos, repetidos e idealizados por meio de expectativas dicotomizadas do feminino e do masculino (Butler, 1990). Desse modo, o gênero e os conceitos a ele atrelados são baseados nas características e nos estereótipos (símbolos) variantes aprendido por meio da prática-articulação dentro de uma sociedade ou uma cultura. A construção dicotômica de gênero implica na valorização de um dos elementos do duo dentro do cenário ocidental, valoriza-se o masculino e as atividades associadas à masculinidade (Derrida, 1997; Enloe, 1989; Tickner, 1992; Connell; Messerschmidt, 2005).

Os autores pós-estruturalistas, dentro das Relações Internacionais, criticam a construção das políticas de segurança genderizadas, que são construídas com base nos binarismos de gênero e investigam a construção de uma imagem masculinizada e militarizada das instituições estatais. Ou seja, essa perspectiva teórica investiga como instituições estatais, como as forças armadas e a polícia, constroem uma imagem masculinizada e militarizada para alcançar legitimidade internacional, enquanto excluem sujeitos que não performam masculinidades idealizadas. Esse processo também envolve a criação símbolos e comportamentos considerados adequados em contextos de guerra e conflito, o que resulta na invisibilização de determinados sujeitos e no aprofundamento dos binarismos de gênero (Faustini; Castro; Vieira, 2021)

Nesse sentido, exploraremos a ideia dos binarismos de gênero, que indica o masculino e o masculinizado como referência de racionalidade e a performance de feminilidade ou uma masculinidade subalterna (aquela que não alcança os parâmetros de dominância) como subordinado e irracional (Connell; Messerschmidt, 2005).

Essa valorização de características associadas ao masculino e dos símbolos de gênero da masculinidade implica na hierarquização política das atividades “masculinas” e “femininas”, onde aquelas são privilegiadas em detrimento dessas. Tickner (1992) aponta que, justamente devido a essa hierarquização, a masculinidade e a política internacional estão diretamente associadas. Características e símbolos culturalmente entendidos como masculinos, isto é, poder, violência, independência e força física, são comportamentos valorizados e incentivados na arena política internacional.

Connell e Messerschmidt (2005) trabalham com a ideia de hierarquização de gênero. Para Connell (2005), a masculinidade é múltipla e varia conforme o tempo, o espaço, a cultura e os próprios indivíduos. Aqui, podemos ordenar as masculinidades em uma pirâmide, onde a

*masculinidade hegemônica*¹ é definida como modelo dominante de masculinidade (a masculinidade culturalmente idealizada), enquanto outros modelos de masculinidades: marginalizada, cúmplice e subordinada são caracterizadas como fracas e subalternas, na medida que estão performando atos de “feminilidade” ao não atingirem os parâmetros estabelecidos pela masculinidade ideal.

Desse modo, podemos definir que feminizar algo ou alguém é subordinar de forma direta um indivíduo, uma entidade política ou uma ideia, porque os valores entendidos como femininos estão abaixo da hierarquia social em comparação aos valores neutros ou valores masculinos (Sjoberg, 2006). Assim sendo, pode-se associar tal colocação com a construção da *masculinidade hegemônica* (Tickner, 1992; Connell: Messerschmidt 2005), na qual “algumas normas e valores masculinos, que se tornaram dominantes em instituições de controle social e que permanecem nessas instituições para garantir a manutenção patriarcal das ordens sociais e políticas” (Via, 2010, p. 43, tradução nossa)² para estabelecer um panorama de análise onde o gênero se torna protagonista.

A análise dos ocorridos em Abu Ghraib será realizada através da ótica do feminismo pós-estruturalista, porque essa perspectiva oferece a possibilidade de analisarmos como ocorre a formação da identidade do soldado americano através de sua ferramenta principal, o discurso, que não é apenas um campo linguístico, mas um campo social de prática e articulação de ideias (Laclau; Mouffe, 2008). Entendemos que é a abordagem ideal, pois mesmo trabalhando com temas amplamente discutidos e compartilhados em outras perspectivas como: hierarquias de gênero, masculinidade, masculinidade hegemônica, gênero, o feminismo pós-estruturalista nos oferece a possibilidade de compreensão desses conceitos meio da linguagem, da imagem, do texto e outros elementos essenciais para a formação, construção e socialização de ideias.

Em suma, a abordagem do feminismo pós-estruturalista nos permite analisar, estudar e compreender conceitos compartilhados através de um viés específico, que é o campo do discurso. Para finalidade desta monografia, as ferramentas de análise pós-estruturalistas se fazem indispensáveis, uma vez que iremos argumentar que a masculinidade militarizada e todas as normas sociais e de gênero que fundamentam o conceito, são construídas através da

¹ “ideologias de virilidade” ou um grupo ideal de características masculinas ocidentalizadas: competitividade, agressividade, força e virilidade (Tickner, 1992).

² “Hegemonic masculinity refers to certain masculine norms and values that have become dominant in specific institutions of social control and remain in those institutions to maintain patriarchal social and political orders” (Via, 2010, p.43).

prática-articulação do discurso. Também usaremos conceitos compartilhados e comuns entre abordagens e autores que não são pós-estruturalistas, mas pensaremos essas ideias e teóricos a partir da perspectiva escolhida, ou seja, aplicando a ideia de prática-articulação, da análise imagética e do discurso como um todo.

Isto é, usando do pós-estruturalismo, apontaremos que essa identidade militarizada foi produzida e reproduzida por intermédio das hierarquias binárias de gênero, que fazem parte do enquadramento dominante do poder e examinaremos a maneira que as mulheres de Abu Ghraib desafiaram esse enquadramento ao participar das violências sexualizadas exercidas no complexo prisional. Como já mencionado, essa análise é feita com base no estudo do discurso e da textualidade, mas também usaremos imagens do ocorrido para exemplificarmos e pontuarmos os episódios, o papel feminino nas violências e o modo em que a masculinidade militarizada foi produzida e reproduzida dentro do complexo prisional.

Argumenta-se, desse modo, que os métodos investigativos utilizados em Abu Ghraib são violências de gênero, já que possuem teor sexualizado, abordaremos tais questões a frente, e existem em um contexto de poder de gênero, onde a masculinidades hegemônica e militarizada são parte do enquadramento de poder vigente. Cabe a esse trabalho, desse modo, “desafiar o essencialismo de gênero no período de guerra” (Banwell, 2022, p. 108, tradução nossa)³.

2.2 Gênero e Militarismo: pilares de análise de gênero sobre o caso de Abu Ghraib.

Eichler (2014, p. 81, tradução nossa) determina que “os estudos de guerra e paz nas relações internacionais precisam considerar, com seriedade, construções de masculinidade, bem como desigualdades de gênero por elas implicadas”⁴. Trabalhando com a ideia de uma masculinidade hegemônica (Tickner, 1992: Connell; Messerschmidt, 2005), conceito supracitado, a autora explora o papel do soldado como um “símbolo chave da masculinidade” (Eichler, 2014, p.81, tradução nossa)⁵. Eichler não é a única a fazer uso da figura do soldado para exemplificar o papel da masculinidade dentro de uma lógica de guerra, Banwell argumenta que a intervenção estadunidense no Iraque, temática central do trabalho, nasce a

³ “[...] on challenging wartime gender essentialism [...]” (Banwell, 2022, p. 108).

⁴ “The study of war and peace in international relations must take seriously constructions of masculinity, as well as the gender inequality they entail”. (Eichler, 2014, p.81)

⁵ “[...] a key symbol of masculinity [...]” (Eichler, 2014, p.81)

partir de uma agenda “hiper masculina, para re-masculinizar os Estados Unidos após o 11 de Setembro” (Banwell, 2022, p. 125, tradução nossa)⁶.

A visão de Goldstein (2003) é central para análise de masculinidades militarizadas. Para o autor, a guerra é organizada socialmente e ela é dividida binariamente entre as construções sociais de masculinidade agressiva e a feminilidade pacifista. Ele elenca uma série de diferenças biológicas e construções sociais entre os sexos, que centram o masculino no agressivo, produzem um discurso que prepara o homem para que ele assuma seu papel como soldado, em um contexto de guerra.

Desse modo, o trabalho de Goldstein (2003), apesar de não ser pós-estruturalista, é importante para essa monografia, já que é a partir dele que se fortaleceu a ideia de “genderização”⁷ universal da guerra, isto é, a incorporação de uma perspectiva de gênero no estudo da guerra e suas dinâmicas. É a partir da genderização que nasce a imagem do homem soldado ou do soldado como um homem (Goldstein, 2003). A construção da masculinidade é, assim sendo, central para a criação e manutenção de um sistema de guerra e esse é central para a manutenção dos estereótipos de gênero, na medida em que se cria, por meio do discurso e da textualidade de gênero, uma relação entre masculinidade e militarização.

Pensando-se na ideia de genderização da guerra através de uma perspectiva pós-estruturalista, pode-se concluir que ela ocorre porque estamos inseridos em estruturas de ordem masculina. Isto é, a sociedade se organiza a partir das divisões arbitrárias entre feminino e masculino, que se naturalizam através da construção de padrões de pensamento androcêntricos. Esses padrões de pensamento se fundamentam através da concepção sexuada da realidade, que transfere ao corpo a diferença entre os sexos e fortalece a dicotomia de gênero a partir de uma visão de dominação discursiva e opositora do masculino sobre o feminino (Bourdieu, 1998; Lazdan; Reina; Muzzeri; Ribeiro, 2014).

Além de Goldstein, Cockburn (2007:2010) também se faz relevante para essa análise. Para a autora, o relacionamento entre gênero e guerra é interligado, porque ao mesmo tempo em que a guerra está configurando as relações de gênero, ela também é predisposta e influenciada pelo discurso de gênero (Readorn, 1996; Goldstein, 2003; Cockburn, 2007). Desse modo, a relação entre o gênero e a guerra é mutuamente produtiva, já que, em diversas

⁶ “I argued that this intervention was informed by a hyper-masculine agenda to re-masculinize the US after 9/11” (Banwell, 2022, p.125).

⁷A genderização é a incorporação de perspectivas de gênero na construção e compreensão de fenômenos sociais e culturais (European Institute of Gender Equality, 2024).

situações, a guerra, a experiência de guerra e o medo da guerra modelam a construção de masculinidades e feminilidades (Cockburn, 2010).

A guerra é, aqui, vítima e cúmplice das dinâmicas de gênero, bem como vice-versa. Tanto para Eichler (2014), quanto para Goldstein (2003), Cockbrun (2010) e Banwell (2022), são papéis bem delineados entre homens e mulheres que garantem o funcionamento sistêmico da máquina de guerra. Nesse sentido, todos os autores trabalham com a ideia de poder de gênero, mesmo que indiretamente, para desenhar um cenário onde os discursos de masculinidade e de feminilidade impactam o processo de nascimento, manutenção e reconstrução da guerra.

Conforme a ideia de guerra foi se alterando, o papel do gênero dentro da guerra também mudou. Autoras e autores feministas tendem a explorar o papel da mulher na guerra e sua evolução ao longo dos anos, mas o argumento relevante para esse trabalho está na esfera macro. Nele, será examinada a maneira em que os símbolos de gênero – em um contexto de poder de gênero – impactaram todos os caminhos que levaram à tortura exercida e sancionada em Abu Ghraib. Desse modo, pensaremos tais violências com o entendimento que elas ocorreram em uma sociedade de ordem masculina e, por consequência, de gênero (Bourdieu, 1998).

Assim sendo, retomamos o argumento natural de que feminizar algo é sinônimo de subordinar. A partir dessa colocação, pode-se argumentar que a violência de guerra, por natureza, é um ato delimitado pelo gênero. Peterson e Runyan (2014) apontam que, para que a guerra ocorra de modo efetivo, as vítimas precisam ser desumanizadas (tipicamente por meio da feminização e racialização) em alguma medida. Esse processo de desumanização só se faz possível através da construção de uma figura de oposição, nesse caso, a figura de caráter masculinizado, que se fundamenta como o ideal em contraponto ao “outro”.

A desumanização depende da construção de um opositor, na medida em que demanda um afastamento entre vítima e perpetrador. Fazendo o recorte de tempo e espaço, partiremos de análises que focam na construção do homem militarizado, isto é, o mito do bom soldado. Focaremos nos Estados Unidos durante a Guerra ao Terror (2001 - atualmente), porque a figura do homem militarizado é um dos símbolos mais fortes de gênero na cultura do país e do ocidente, tendo em vista o processo de genderização universal da guerra (Goldstein, 2003). Esse mito nasce do compartilhamento de símbolos de gênero, como apontado por bell hooks, que determina que a divisão de gênero levou pais e mulheres a apoiarem a guerra ao

ensinar crianças a “aceitarem a dominação e respeitar a violência como meio de controle social”⁸ (hooks, 1995, p.63, tradução nossa).⁹

Em 2004, com a eclosão do escândalo e a exposição das imagens fotografadas em Abu Ghraib, o então presidente George Bush repudiou o ocorrido e afirmou que o tratamento dos soldados, em relação aos prisioneiros, não refletia a natureza do povo americano (Zurbriggen, 2008). Porém, como apontado por hooks (1995), Tickner (1992), Eichler (2014) e Banwell (2022), a militarização, as masculinidades militarizadas e os símbolos de gênero que criaram o mito do homem militar nascem de um compartilhamento de valores, que hooks (1995) determina ser parte da socialização civil dentro do país.

Esse argumento é feito na medida em que tais valores são determinados pelas estruturas sociais e suas instituições, que são marcadas pelo poder de gênero. No cenário analisado, essas hierarquias de gênero e ordem masculinizada fundamentam, através da socialização, a masculinidade hegemônica, tornando sua forma coercitiva de poder uma norma e estabelecendo relações de subjugação entre masculinidades e feminilidades (Cockburn, 2010).

Assim sendo, esse compartilhamento de valores é central para a criação de um estado militarizado que, como apontado por Tickner (1992), Eichler (2014) e Goldstein (2003), é diretamente associado à masculinidade hegemônica e a políticas de “traços” masculinizados (ordem masculinizada). hooks (1995) reforça a importância do poder de gênero ao explicar que é apenas através da resistência da socialização estadunidense, essa que ensina “aceitação passiva da opressão no dia-dia e a violência como meio de combate de outras violências” (hooks, 1995, p. 63, tradução nossa)¹⁰ que a superestrutura militar e sua relação com o gênero serão alteradas.

Partindo disso, volta-se à conclusão de que a estrutura da guerra é influenciada pelas hierarquias de gênero. O gênero é um elemento central para a organização da guerra e essa relação gera um retorno para a construção e fortificação das dinâmicas de masculinidade militarizadas (Goldstein, 2003). Eichler (2014) coloca a masculinidade militarizada como uma

⁸ “Sex role division of labor has meant that often as parents, women support war effort by instilling in the minds of children an acceptance of domination and a respect for violence as a means of social control” (hooks, 1995, p.65).

⁹ Associaremos a socialização mencionada por hooks (1995) ao neoconservadorismo estadunidense explorado por Ferreira (2014), para desenhar o cenário que levou à eclosão das violências sexualizadas sancionadas em Abu Ghraib.

¹⁰ “To fight militarism, we must resist the socialization and brainwashing in our culture that teaches passive acceptance of violence in daily life, that teaches us we can eliminate violence with violence” (hooks, 1995 p. 63).

forma macro de analisar e entender a cultura de guerra e paz. Nesse sentido, pode-se afirmar que não é uma análise individual da dicotomia do homem violento e da mulher pacífica, mas da maneira em que o militarismo e a masculinidade se relacionam para a formulação de um estereótipo de masculinidade ideal.

Tanto Banwell (2022), quanto Eichler (2014), Cockburn (2010) e Tickner (1992) apontam que características socialmente associadas com a masculinidade são os pilares do militarismo: violência, resiliência, agressão, coragem e controle. Isso ocorre porque sistemas de poder precisam se adaptar e a ordem da masculinidade, como sistema, está interligada, sendo alterada e alterando as relações de gênero, em termos de práticas e processos. É necessário, desse modo, que homens e a masculinidade se alterem para a “forma” adequada de poder e dessa forma é o militarismo (Cockburn, 2007).

Partindo dessa ideia, conclui-se que a “masculinidade militarizada, em seu nível mais básico, se refere à ideia de que traços tipicamente associados à masculinidade podem ser adquiridos e solidificados por meio do serviço ou ação militar, especificamente no combate” (Eichler, 2014, p. 81, tradução nossa)¹¹. Assim sendo, a institucionalização da masculinidade é uma das bases fundamentais para a formulação do militarismo e a manutenção do estado de guerra (Cockburn, 2007).

Logo, o conceito de masculinidade militarizada é plural, já que se manifesta de maneiras diversas dentro de contextos sociais específicos. A ideia geral é de que as masculinidades militarizadas são definidas através da oposição do feminino e da manutenção das desigualdades de gênero em termos de poder, mas ela também precisa ser estudada dentro do tempo e do espaço que está sendo dissecado (Stern, 2010). Por isso, entender gênero como socialmente construído é um elemento chave para o estudo da guerra e para a investigação da masculinidade militarizada como algo dinâmico, múltiplo, interno e externo à superestrutura militar (Eichler, 2014).

Para compreender a guerra e a relação do gênero com as violências de guerra que serão dissecadas, é necessário examinar tais masculinidades, feminilidades e sua relação com as dinâmicas de poder, retomando a ideia de poder de gênero. Isso porque as masculinidades militarizadas são construídas e constroem, não apenas as práticas militares, mas também as políticas de estado, discursos de segurança, programas de educação, debates midiáticos,

¹¹ “Militarized masculinity, at its most basic level, refers to the assertion that traits stereotypically associated with masculinity can be acquired and proven through military service or action, and combat in particular” (Eichler 2014, p. 81).

cultura popular, identidades pessoais e diversas outras facetas da estrutura social. Desse modo, a própria militarização se refere a um processo em que práticas militares vão além da instituição militar (Peterson; Runyan, 1999; Sjoberg; Via, 2010).

Essas práticas passam fazer parte da arena civil e são centrais na “eliminação da distinção entre paz e guerra e militar e civil” (Sjoberg; Via, 2010, p.7, tradução nossa)¹². Essa distinção é ainda mais diluída na medida em que a linguagem militarizada e masculinizada passa a fazer parte do discurso de gênero: acadêmico, social e civil. Essa linguagem se torna um ferramentas de comunicação masculinizada e se insere no contexto do discurso de gênero, funcionando como uma forma de naturalização das relações entre militarismo, masculinidade e guerra (Cohn, 1987: 1993).

Nesse sentido, apesar de “[...] mudanças de normas de masculinidade e feminilidade enfraquecem as ligações entre masculinidade e militarismo internacionalmente” (Eichler, 2014, p. 84, tradução nossa)¹³ A pervasividade da socialização de gênero e a manutenção subconsciente da ordem masculinizada através da linguagem, da guerra e do militarismo garantem a manutenção da ideia dicotômica do homem herói e da mulher indefesa. Essa ideia perpetua o ciclo educacional das masculinidades militarizadas e torna o ato de feminilizar um meio de subordinar.

Isso ocorre porque, mesmo dentro dessa dicotomia, existe uma outra hierarquia de gênero, que segmenta diferentes tipos de masculinidades e feminilidades. Apesar de possíveis mudanças de normas e padrões, a ordem social ainda é masculina e a masculinidade hegemônica – a masculinidade ideal – ainda se encontra no topo dessa pirâmide de gênero na arena internacional (Via, 2010). Nesse cenário de uma ordem masculina e uma hierarquia de gênero bem definida, o ato de feminizar é uma forma de negar a racionalidade e desacreditar dissidentes que não estão dispostos a defender o seu país (Peterson, 2010).

Desse modo, o argumento da militarização é central para este trabalho, já que ele embasa a socialização estadunidense e desenha o cenário da Guerra ao Terror, onde a propaganda do “herói americano” se fortaleceu. Porque conforme Peterson (2010), a Guerra ao Terror existe como um exemplo da tentativa do governo americano de retomar o papel de líder militar dos Estados Unidos, mas também de criar uma imagem hiper masculina da nação.

¹² “[...]as the blurring or erasure of distinctions between war and peace, military and civilian” (Sjoberg; Via, 2010 p.7)

¹³ “[...] “but changing norms of masculinity (and femininity) are weakening the link between masculinity and the military in countries across the globe” (Eichler, 2014, p. 84).

A identidade do país tinha sido “feminizada” após a derrota durante a guerra do Vietnã, contra pessoas que eles entendiam como étnica e racialmente inferiores.

“Um desejo de re-masculinizar a nação [...] já existia e foi prontamente aproveitado por Bush e seus conselheiros quando o país respondeu com ultraje aos ataques de 11 de setembro e a demonstração de vulnerabilidade dos EUA à “penetração” de homens estrangeiros à sua nação. A história de guerra que a administração Bush cultivou imediatamente apresentava terroristas fanáticos inexplicavelmente comprometidos à destruição da democracia, liberdade e civilização (implicitamente ocidental) de qualquer forma. Inimigos tão irracionais e imprevisíveis só poderiam ser derrotados [...] adotando as medidas mais fortes possíveis para eliminar aqueles considerados maus. A feminização opera aqui para construir inimigos tão absolutamente diferentes de “nós” que a única estratégia viável é a sua aniquilação”¹⁴ (Peterson, 2010, p.22-23, tradução nossa).

É a partir dessa formulação ideológica que se justificam as atitudes tomadas pelos soldados americanos – tanto homens como mulheres – sobre os corpos dos prisioneiros iraquianos da prisão de Abu Ghraib. Já que, nesse caso, os prisioneiros assumem o papel hierárquico do espelho feminino para o soldado americano, a figura exemplo da masculinidade militarizada, mesmo que seja de modo implícito e inconsciente.

Na próxima parte do capítulo abordaremos os conceitos de violência de gênero, violência sexualizada e tortura. Essa temática será trabalhada, porque é central para a construção do argumento desta monografia. Usaremos as definições para explicar, junto de uma perspectiva pós estruturalista e uma análise de masculinidades militarizadas, uma vez que as violências de Abu Ghraib são violências exercidas em um contexto de gênero, e não apenas violências exercidas em conflito.

2.2 Definindo conceitos: violência de gênero, violência sexualizada e tortura.

O fenômeno da violência sexual em conflitos ganhou destaque a partir dos julgamentos de Nuremberg, mas se intensificou após o aumento da violência sexual no leste

¹⁴ “A yearning to remasculinize the nation (Jeffords 1989) was already present and readily tapped by Bush and his advisers as the nation responded to 9/11 and its spectacular demonstration of U.S. vulnerability to penetration by foreign men. The war story the Bush administration immediately cultivated featured fanatical terrorists inexplicably committed to destroying freedom, democracy, and (implicitly Western) civilization by any means. Enemies this irrational and unpredictable could only be defeated by drawing an absolute line between good and evil and adopting the strongest possible measures to eliminate those deemed evil. Feminization operates here to construct enemies as so absolutely different from “us” that the only viable strategy is their annihilation” (Peterson, 2010, p.22-23).

da República Democrática do Congo (Ambos, 2013). A atenção e a tipificação da violência sexual como arma de guerra são, portanto, recentes, iniciando-se entre os séculos XX e XXI, com os julgamentos dos tribunais ad hoc, relativos aos crimes cometidos na antiga Iugoslávia e em Ruanda (Rezende, 2021).

Conforme Wood (2010), a violência sexual ocorre em todas as guerras, porém sua extensão varia drasticamente de acordo com o conflito. Essa variação não se restringe à quantidade de violência, mas também ao tipo de violência sexual praticada. Em alguns conflitos, o estupro com penetração é a ferramenta mais utilizada, em outros, a escravidão sexual ou a tortura sexualizada de prisioneiros, suspeitos, soldados ou civis predomina. "Segundo o Relatório de 2021 da Organização das Nações Unidas (ONU), em pelo menos treze Estados em que há conflitos armados, foram relatadas denúncias de violências sexuais, majoritariamente contra civis" (Rezende, 2021, p.12).

Há diversos tipos de violência sexual, exercidos de diferentes maneiras por indivíduos ou grupos no ambiente de conflito. A adoção do Estatuto de Roma em 2002, com a criação do Tribunal Penal Internacional permanente, foi um marco para essas definições, pois passou a incluir a violência sexual como crime de guerra (Rezende, 2021). O Estatuto do Tribunal Penal Internacional especifica claramente a violência sexual como crime contra a humanidade e crime de guerra, definindo atos como escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada e outras formas de violência sexual de gravidade comparável (Ambos, 2013).

A violência de gênero é frequentemente associada à violência contra a mulher, sendo comum que os termos sejam usados como sinônimos, já que grande parte da violência contra mulheres é motivada por razões de gênero. No entanto, o termo "violência de gênero" não se aplica exclusivamente às mulheres, podendo ser utilizado em qualquer situação em que o gênero seja a base para a violência. Essa forma de violência está enraizada na desigualdade de poder entre vítima e perpetrador, e no desejo de humilhar ou subordinar um indivíduo ou grupo (Pandea; Grzemny; Keen, 2019).

A violência de gênero pode se manifestar de diversas maneiras, como abuso sexual, verbal, psicológico ou socioeconômico, sendo resultado de fatores culturais, legais e políticos. Em um contexto macro, Peterson e Runyan (2014) destacam que a violência de gênero se refere à manutenção de hierarquias de poder e à punição das feminilidades. Para os propósitos deste trabalho, focaremos na violência sexual ou sexualizada.

A violência sexualizada inclui qualquer tentativa ou atividade não consensual envolvendo atitudes sexuais ou relacionadas à identidade sexual ou à expressão de gênero de um indivíduo ou grupo (Glossary on Sexual Exploitation and Abuse, 2017).

Desse modo, quando falamos violência sexual, estamos nos referindo a qualquer tipo de violência que atinja a vítima de forma “sexualizada”, desde o estupro até violências que não machucam fisicamente o corpo, mas são consideradas como tratamento humilhante ou degradante, como a nudez forçada (Rezende, 2021, p.39).

O relatório de Taguba inclui descrições de estupro, produção de imagens pornográficas e uso de força extrema em um contexto de subordinação. Assim, a tortura infringida sobre os prisioneiros iraquianos não se conteve apenas a táticas de tortura tradicionais, mas a uma série de violências sexualizadas para a “obtenção de informações e inteligência militar”. Nesse cenário, o ato de humilhar, subordinar e violar possui um destaque considerável. Concluímos, assim sendo, que a violência sexual exercida não foi oportunista, isto é, cometida por motivos particulares, mas estratégica e adotada com um intuito específico para benefício do grupo de perpetradores (Wood, 2010).

A tortura, por definição comum, consiste na prática de infligir sofrimento físico ou mental a indivíduos ou grupos, como forma de punição ou para obter informações ou confissões. Ela não tem caráter de gênero e, segundo o Artigo 1 da Convenção contra a Tortura de 1984, é um tratamento destinado à coleta de informações e à punição de indivíduos por suas ações. O Artigo 2 (2) dessa Convenção também estabelece que "nenhuma circunstância excepcional, seja de guerra, instabilidade política ou emergência pública, pode ser usada como justificativa para a tortura" (Convenção contra tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, 1984).

Neste trabalho, utilizaremos o termo "terrorismo sexual" para nos referirmos aos atos de tortura, violência de gênero e violência sexualizada. Nelson (2023) define terrorismo como o uso ilegal de violência e intimidação, especialmente contra civis, para garantir interesses políticos. A autora utiliza o termo ao estudar a violência sexualizada em campos de concentração, mas aqui ele será aplicado ao caso de Abu Ghraib, já que os perpetradores tinham o objetivo político de obter informações por meio da subordinação sexual estratégica dos prisioneiros iraquianos.

Há poucos estudos que analisam a natureza sexualizada dos crimes cometidos no complexo prisional de Abu Ghraib. A maioria das análises, por não adotarem uma perspectiva

feminista, focam nas causas e consequências da tortura, e não na natureza da violência em si (Zurbriggen, 2008). Os abusos cometidos pelos soldados em Abu Ghraib foram projetados para causar o maior nível possível de degradação sexual e social aos prisioneiros iraquianos — os atos de humilhação sexual e homossexualidade contrastam profundamente com os princípios da religião muçulmana —, criando uma intersecção entre violência de gênero, violência sexualizada e tortura tradicional (Zurbriggen, 2008).

Essa intersecção, denominada terrorismo sexual, será explorada no quarto capítulo deste trabalho. Nele, discutiremos a relação entre a violência sexualizada, as masculinidades militarizadas e a prisão de Abu Ghraib, analisando o papel discursivo do gênero nos abusos cometidos pelos soldados americanos. Essa análise, ao adotar uma perspectiva do pós-estruturalismo feminista, irá além da definição tradicional de tortura, buscando compreender a formação da identidade do soldado americano, das masculinidades militarizadas e a sua influência na formulação e construção das táticas investigativas usadas no complexo prisional.

Além disso, analisaremos a relação entre o gênero dos perpetradores, das vítimas e o papel do gênero nos delitos. Como mencionado na introdução, os crimes cometidos em Abu Ghraib foram considerados escandalosos e ganharam destaque por terem sido cometidos, em grande parte, por mulheres soldados. Desse modo, usaremos do discurso e do texto para examinarmos a maneira em que essas mulheres e o caso de Abu Ghraib desafiam o essencialismo de gênero do enquadramento dominando o poder vigente, ao buscarem atender os parâmetros de comportamento da masculinidade militarizada.

3. GUERRA AO TERROR E A PRISÃO DE ABU GHRAIB

Neste capítulo, faremos um recorte histórico sobre o início da Guerra ao Terror e os primeiros anos da invasão estadunidense no Iraque, para fins de contextualização. Trabalharemos também o que foi a prisão de Abu Ghraib, quais os crimes nela cometidos e as implicações gerais dos acontecimentos. Nesta parte do texto usaremos, primariamente, o trabalho de Gourevitch e Morris (2008), porque ele conta com relatos e entrevistas diretas dos jornalistas com os envolvidos. Além disso, estabelecemos as bases para o terceiro capítulo desta monografia ao apresentar o contexto que levou aos crimes violentos ocorridos na prisão de guerra e sua relação com a socialização estadunidense durante o governo Bush (2001-2008), elaborando os pilares para o argumento central deste trabalho.

3.1 Uma breve contextualização sobre a Guerra ao Terror e a Invasão no Iraque (ou os anos que antecederam uma “nova” Abu Ghraib).

Em 11 de Setembro de 2001, um atentado terrorista atingiu as torres do World Trade Center, centro financeiro dos Estados Unidos, e o Pentágono, centro das atividades de inteligência do país, alterando a ordem internacional pós-Guerra Fria:

Às 8 horas e 46 minutos da manhã, o primeiro avião se chocou contra uma das torres do World Trade Center; às 9h03, outro avião atingiu a segunda torre. Às 9h37 um terceiro avião sequestrado pelos terroristas foi atirado contra o Pentágono. Às 10h03 o voo número 93 da United Airlines foi derrubado na Pennsylvania. A primeira torre caiu às 9h37 e a segunda às 9h59 (Oliveira, 2021).

A ação terrorista da Al-Qaeda, orquestrada por Osama Bin Laden, alterou a configuração securitária da administração americana, que declarou uma nova guerra, a guerra contra o terrorismo¹⁵ ou a “Guerra ao Terror”. Ferreira (2014) explica que nessa conjuntura, ocorreu uma mudança dentro da política de segurança dos Estados Unidos, que passou a adotar ações belicistas usando o argumento de legítima defesa. O ataque levou à criação de uma coalizão formada pelos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Austrália. A coalizão

¹⁵ Segundo Roberts (2005, p.101) a palavra terrorismo é um termo abstrato, como diversos termos políticos. Nesse trabalho, terrorismo é usado para se referir ao uso sistemático da violência contra grupos de civis ao tratarmos da Guerra ao Terror em seu contexto histórico e uso da violência para intimidação, submissão e subordinação para tratarmos da ideia de “Terrorismo Sexual” de Nelson (2023).

tinha como intuito “desmantelar” as estruturas terroristas e, para realizar tal ato, invadiu o território do Afeganistão em 7 de outubro de 2001 (Oliveira, 2021).

No entanto, a invasão não surtiu o efeito desejado e, hoje, a Guerra ao Terror se concretiza como o conflito mais longo dentro da história estadunidense. O ataque às Torres Gêmeas e ao Pentágono deu vazão ao movimento anti-terrorista e uma campanha neoconservadora¹⁶ Durante o primeiro governo do Presidente Republicano George W. Bush (2001-2008). A ideologia neoconservadora, que alimentou parte da política externa do país durante os primeiros anos do governo Bush, foi central para o fortalecimento da socialização passiva das masculinidades militarizadas dentro do contexto da guerra contra o oriente.

As campanhas da Guerra ao Terror nascem, desse modo, através de uma série de propagandas neoconservadoras, que estabelecem a superioridade do americano frente à figura do terrorista e pinta as invasões aos países do “Eixo do Mal”¹⁷ como meio de manutenção da democracia moderna. Assim sendo, foi a partir de uma política externa neoconservadora, que enfatiza intervenções militares e políticas, que se justificou o planejamento e invasão do Iraque em 2003. Logo, precisamos dissecar, mesmo que brevemente, a história do conflito que levou a invasão estadunidense no Iraque e a criação da prisão de guerra de Abu Ghraib.

Durante a invasão ao Afeganistão, em 2001, o governo americano iniciou uma campanha de bombardeamentos contra o Talibã. Essa campanha foi denominada Enduring Freedom e foi seguida por uma série de ataques aéreos pelos países da aliança norte contra as forças do Talibã e da Al-Qaeda. No entanto, apesar do governo americano obter sucesso no desmantelamento do governo do Talibã, Osama Bin Laden evade das forças militares de Washington (Council of Foreign Affairs of The United States of America, 2024).

O governo americano não se retira do território afegão e inicia uma campanha de “construção de uma nação”. Assim sendo, após o colapso do governo Talibã, Washington passou a atuar na implementação das ideias ocidentais de uma democracia liberal, pluripartidarismo e respeito aos direitos humanos na região ocupada (Oliveira, 2021; Council of Foreign Affairs of The United States of America, 2024). No entanto, apesar dessa imagem

¹⁶ O neoconservadorismo serviu de base para a política de segurança dos Estados Unidos nos anos subsequentes ao ataque de 11 de setembro de 2001. O neoconservadorismo se originou nos anos 1960 com a aproximação de intelectuais de esquerda ao liberalismo. A corrente busca aproximar o Partido Republicano e as políticas conservadoras a um novo tipo de política, uma política adequada para o governo de uma democracia moderna (Bloch, 1997; Ferreira, 2014). Dessa forma, o neoconservadorismo promove a democracia, a proteção do interesse nacional e o intervencionismo, porque preza pelo patriotismo e protecionismo da nação americana em oposição às ideias do “liberalismo social” e pacifismo no cenário internacional (Kristol, 2003; Ferreira, 2014).

¹⁷ Definidos por Bush como Estados que financiavam o terrorismo, o Eixo é composto, inicialmente, pelo Irã, Iraque, Coréia do Norte. Eventualmente passou a contemplar, também, Cuba, Síria e Líbia. (Oliveira, 2021).

de civilidade, a guerra ao terror prosseguia e, agora, em escalas cada vez mais globais (Oliveira, 2021).

Essa escala global se materializa nas ações de Bush, Aznar, o primeiro-ministro espanhol e Tony Blair, o então Primeiro Ministro britânico, entre 2002 e 2003. Os governantes criaram uma narrativa sobre o poderio militar iraquiano para justificar a ocupação do país, tendo em vista a conexão do líder Saddam Hussein à rede da Al-Qaeda (Assis; Silveira, 2018). Segundo Oliveira (2021), para o jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, a mentira¹⁸ se fez central no planejamento e execução da invasão estadunidense ao Iraque. Usou-se, para além da ideia de luta contra um regime ditatorial ligado a uma organização terrorista, do argumento de posse de armas de destruição nuclear para legitimar a ocupação do Estado (Ferreira, 2013).

Assim sendo, em março de 2003, formou-se uma nova coalizão, composta pelos Estados Unidos, Austrália, Reino Unido e Polônia (Oliveira, 2021). A coalizão lança a uma nova operação, *Operation Iraqi Freedom*, que seguindo os modelos da operação *Enduring Freedom*, tinha como intuito primário “instaurar a democracia no Estado Iraquiano e prevenir ameaças ao sistema internacional por Armas de Destruição em Massa” (Silveira; Assis, 2018). No entanto, segundo o relatório o Conselho de Segurança da ONU, essas armas nunca se materializaram e o ditador Saddam Hussein e o Estado iraquiano viraram os novos alvos do “*USA Patriot Act*”¹⁹ e o projeto de civilização estadunidense (Ferreira, 2021; Assis; Silveira, 2018; Oliveira, 2021).

No ano de formação da segunda coalizão nortista, os Estados Unidos deram início à invasão iraquiana em prol da Guerra Global Contra o Terrorismo:

“O povo americano e nossos amigos e aliados não irão viver à mercê de um regime ilegal, que ameaça a paz com armas de destruição e assassinato em massa. Nós vamos enfrentar essa ameaça agora, com o nosso exército, força aérea e marinha para que não tenhamos que enfrentá-la futuramente com exércitos de bombeiros, policiais e médicos nas ruas das nossas cidades’ Presidente Bush, após os bombardeios iniciais da cidade de Bagdá.” (Singal, Lim; Stephey; 2010, tradução nossa)²⁰.

¹⁸ É necessário ressaltar que, em fevereiro de 2003, os Estados Unidos levaram até o Conselho de Segurança da ONU a existência de armas de destruição em massa em solo iraquiano e a posição de Saddam Hussein como ameaça iminente, legitimando assim uma intervenção no Iraque (Assis; Silveira, 2018).

¹⁹ “Ato que permitia ao governo, entre outras coisas, invadir casas, espionar cidadãos, interrogar suspeitos (inclusive com tortura) sem precisar pedir autorização judicial ou respeitar o direito à defesa e julgamento, sob a justificativa de combate ao terrorismo” (Fernandes, 2016 apud Assis; Silveira, 2018).

²⁰ “The people of the United States and our friends and allies will not live at the mercy of an outlaw regime that threatens the peace with weapons of mass murder. We will meet that threat now, with our Army, Air Force, Navy, Coast Guard and Marines, so that we do not have to meet it later with armies of firefighters and police and

A supracitada relação do ditador iraquiano, Saddam Hussein, a grupos terroristas – especialmente a al-Qaeda – e seu suposto programa de armas de destruição de massas foram o plano de fundo para a legitimação da intervenção estadunidense no país. Abdulrazaq (2018) aponta que, até então, a al-Qaeda era uma organização pequena dentro do Iraque, mas que com a invasão e a cruzada civilizatória de Bush, passou a ter espaço de recrutamento e se consolidou como uma força poderosa dentro da nação.

Desse modo, em 19 de março de 2003, 48h após demandar que Hussein e seus filhos, Uday e Qusay se entregassem e deixassem o território iraquiano, os Estados Unidos deram início aos bombardeiros em Bagdá (Singal; Lim; Stephey, 2010). Encontrando pouca resistência, após três semanas de invasão, as tropas estadunidenses avançam até o centro de Bagdá e assumem o controle da capital do país (CNN, 2022). Em maio do mesmo ano, é declarado o término das grandes operações no Iraque e o Conselho de Segurança aprova a resolução que reconhece a ocupação estadunidense no território (CNN, 2022; Council of Foreign Affairs of The United States of America, 2024).

Ainda em maio, os filhos de Hussein são assassinados por soldados americanos e, em dezembro do mesmo ano, Saddam Hussein é capturado pelas forças americanas (CNN, 2022). Apesar da invasão ter durado apenas 21 dias em termos de combate bélico, nem todas as unidades militares retornaram aos Estados Unidos após o término da operação em 2003 e, até 2006, cerca de 655,000 civis iraquianos foram mortos como resultado da invasão (Abdulrazaq, 2018).

Finalizaremos o relato histórico do conflito com a prisão de Hussein, visto que o necessário para que se compreenda o contexto em que a ocupação estadunidense em Abu Ghraib já foi detalhada no texto. Agora, passaremos a examinar Abu Ghraib como prisão de guerra e os crimes cometidos pelos soldados estadunidenses, entre 2003 e 2004, e delatados nos Relatórios de Taguba.

3.2 Abu Ghraib: de Hussein até o escândalo de 2004.

O complexo prisional de Abu Ghraib, antecede a invasão estadunidense ao Iraque. Construído nos anos 1960, o local foi uma prisão de segurança máxima até 1970, quando

doctors on the streets of our cities.’ President Bush, addressing the nation soon after the bombing of Baghdad had begun on March 19” (Singal, Lim; Stephey, 2010).

Saddam Hussein tornou-o um centro de detenção para presos políticos. A prisão, que antes abrigava xiitas, sunitas e curdos, passou para direção da coalizão norte-americana em 22 de abril de 2003 (Assar, 2004; Human Rights Watch, 2004). O jornalista da BBC News, Martin Assar, que estava no local durante a ocupação da prisão após a queda do regime de Hussein, relata que soldados buscavam assegurar o local como um possível centro de operações para o governo americano.

O complexo foi renomeado *Baghdad Central Detention Center* e se tornou, inicialmente, o destino de cinco mil iraquianos detidos pelas forças estadunidenses (Assar, 2004). Do tamanho de uma pequena cidade e localizado a 32 quilômetros da capital iraquiana, o complexo prisional de Abu Ghraib é dividido em cinco prédios designados para diferentes tipos de prisioneiros (Asser, 2004). O centro de detenção de Bagdá continha, entre 2003 e 2004, cerca de 6500 a 7000 prisioneiros e era dividido entre duas tendas e um prédio central.

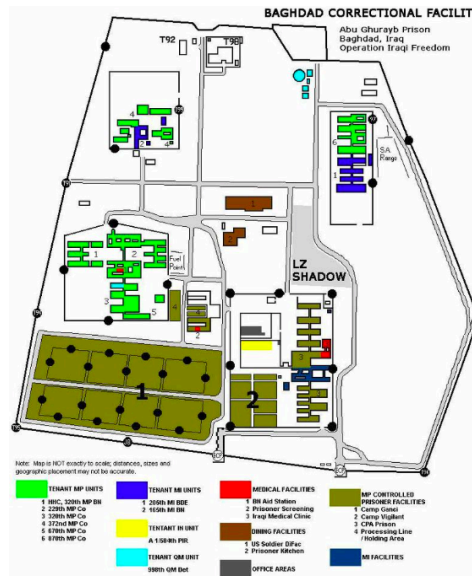
As tendas eram os acampamentos *Ganci* e *Vigilant*. *Ganci* detinha entre 5000 e 5500 prisioneiros detidos por crimes civis, já *Vigilant* era dedicado aos associados à organização paramilitar *Fedayeen Saddam* e possuía entre 750-1000 prisioneiros. O prédio central era usado para detenção de prisioneiros condenados e era dividido em dois “setores”. Foram nesses setores 1A e 1B, onde estavam detidos mulheres, pessoas com deficiências e problemas psicológicos, crianças e presos de alto valor (supostamente associados ao terrorismo), que os abusos relatados ocorreram. (Mastroianni, 2013).

Figura 1 - Anexo: Layout da prisão de Abu Ghraib após a queda do regime de Saddam Hussein.



Fonte: BBC News (2003); Assar (2004).

Figura 2 – Anexo: Layout interno da prisão correcional de Abu Ghraib sob direção dos Estados Unidos (imagem de inteligência do Departamento de Defesa dos Estados Unidos):



Fonte: Wikileaks Exclusive (2007).

As paredes de Abu Ghraib não eram estranhas a atos de tortura. Saddam Hussein já usava da prisão para tortura de prisioneiros políticos e o local retem uma longa história de violência e violação de direitos humanos. Abu Ghraib não foi, também, a instância mais violenta de abusos contra prisioneiros no Iraque ou Afeganistão durante a Guerra Ao Terror. No entanto, a exposição fotográfica da violência no jornal *60 Minutes II* gerou uma resposta pública, que tornou o ocorrido um marco no estudo do tratamento de prisioneiros por parte dos soldados estadunidenses.

Os abusos fotografados ocorreram entre outubro e novembro de 2003, sob supervisão da General Janis Karpinski, responsável pelo 800ª Brigada militar e se intensificaram quando membros da 372ª Companhia da polícia do exército e do 320º batalhão da polícia do exército assumiram o controle dos setores 1A e 1B do complexo (Washington Post, 2006). No entanto, para dissecarmos os abusos ocorridos entre esses dois meses dentro de Abu Ghraib, é preciso destacar o funcionamento da prisão como desenhado nos Relatórios de Taguba (2004) e no Final Report of the Independent Panel To Review DoD Detention Operations (2004).

No primeiro momento de ocupação em Abu Ghraib, não existia uma definição hierárquica clara entre a polícia do exército – responsável pelo complexo de detenção – e a inteligência militar – responsável por angariar informações através da investigação de

prisioneiros. Entre maio e julho de 2003, ocorreram motins, tentativas de fuga e tiroteios dentro dos acampamentos do complexo, levando a denúncias da Anistia Internacional e demonstrando a necessidade de um novo sistema de atuação organizacional por parte dos soldados (Washington Post, 2006).

O Comandante da Junta de Interrogatórios e Centro de Informação (CJTF-7), General Ricardo Sanchez, solicitou assistência para resolução dessa deficiência organizacional e, em agosto de 2003, o General Geoffrey Miller, até então comandante da CJTF de Guantánamo Bay, foi enviado como reforço (Final Report of the Independent Panel To Review DoD Detention Operations, 2004; Washington Post, 2006). A responsabilidade de Miller era entender e relatar a capacidade dos soldados de explorar os prisioneiros para obtenção de informações de inteligência, bem como organizar as interações entre a polícia do exército e os grupos de inteligência.

Segundo o Final Report To Review DoD Detention Operations (2004), Miller trouxe com ele as diretrizes usadas em Guantánamo, mas apontou que não eram diretamente aplicáveis dentro da prisão de Abu Ghraib, porque o Iraque é um território contemplado pela Convenção de Genebra. Sanchez, no entanto, aprovou as diretrizes de investigação de prisioneiros para o tratamento de “combatentes ilegais”. Segundo o documento, os memorandos declarando tais diretrizes não estabeleceram corretamente os limites para as interrogações de prisioneiros e abriram um precedente para as violências e abusos exercidos, porque eram inconsistentes e contribuíram para a ideia de que qualquer técnica de interrogação era permitida.

Para além das táticas de investigação e diretrizes usadas por soldados em Guantánamo, Miller organizou a relação entre a polícia militar e a inteligência militar. A ideia era de que os dois grupos trabalhassem em conjunto para possibilitar as interrogações (Report To Review DoD Detention Operations, 2004). De novo, usava-se da experiência do General em Guantánamo Bay para hierarquizar o funcionamento do complexo prisional iraquiano. No entanto, segundo o documento, existia uma diferença crucial entre ambos os casos. Em Guantánamo existia uma proporção de 1:1 entre policial militar e prisioneiro, já Abu Ghraib continha mais prisioneiros que polícias em uma proporção de 1:75 e estava inserida em uma área de combate ativo – em oposição a Guantánamo - impossibilitando a aplicação da mesma metodologia com a mesma efetividade.

Em 2008, Gary Deland, ex-líder do Departamento Correcional de Utah, o responsável de formular o novo sistema prisional do país, deu aos jornalistas Gourevitch e Morris uma entrevista sobre sua experiência em Abu Ghraib. Em sua entrevista, Deland corrobora com o relatado no relatório do Departamento de Defesa e exprime suas frustrações ao apontar a desorganização que levou ao “desperdício de recursos” e o aprisionamento indiscriminado de grande parte da população iraquiana. Conforme Deland, as detenções eram feitas sem trabalho investigativo e diversos prisioneiros eram presos por estarem “no lugar errado, na hora errada” (Gourevitch; Morris, 2008).

Assim sendo, além de não existir soldados o suficiente ou até mesmo pessoas adequadamente treinadas para condução e interrogatórios, Abu Ghraib contava com um excesso de prisioneiros. As pessoas mobilizadas para cobrir esse déficit entre soldado/detento eram insuficientes e muitas não possuíam treinamento formal. Essas condições, em junção com a falta de cooperação entre a inteligência militar e a polícia militar levaram, ao que relatórios produzidos por Taguba e o governo dos Estados Unidos dão a entender como “brechas” para a ocorrência de uma sequência de abusos. Essa série de falhas logísticas e estratégicas são usadas para afastar os Estados Unidos da responsabilidade pelos mais de 55 casos de abusos relatados dentro de Abu Ghraib.

Esse afastamento de responsabilidade ocorre porque reconhecer que os americanos torturam seus prisioneiros é contradizer toda a construção de imagem que a administração Bush criou sobre a virtude estadunidense (Sontag, 2004). No entanto, a humilhação sofrida pelos prisioneiros iraquianos e os abusos ocorridos em Abu Ghraib são inegáveis e, como apontado pelo documento do DoD, reflexos de diretrizes sancionadas pelo governo e utilizadas em outros cenários e prisões de guerra.

Voltamos, aos ocorridos entre outubro e novembro de 2003. Janis Karpinski, que assumiu o comando da 800ª brigada militar, estava despreparada para o trabalho de liderar o funcionamento de uma prisão de guerra. Quando Karpinski assume Abu Ghraib, o *Coalition Provisional Authority* (CPA)²¹ já tinha feito uso da assinatura do Embaixador Paul Bremer²²

²¹ *Coalition Provisional Authority*, foi o governo transicional iraquiano criado e estabelecido pelo Departamento de Defesa americano após a invasão do país pelos Estados Unidos (Gourevitch; Morris, 2008).

²² Paul Bremer, que famosamente orquestrou uma série de apropriações indébitas durante seus anos como embaixador no Iraque e membro do CPA (The Guardian, 2005).

para invocar o artigo 4²³ da Convenção de Genebra e declarar todos os prisioneiros em custódia militar, isto é, prisioneiros não condenados, como *security detainees*.²⁴ Assim sendo, Karpinski adentra Abu Ghraib em um cenário confuso e desorganizado, que logo adotaria medidas investigativas – como as diretrizes de Guantánamo – sem respaldo legal concreto (Gourevitch; Morris, 2008).

É nesse cenário, também, que a Capitã Carolyn Wood, uma oficial de inteligência militar, adentra o espaço do complexo prisional. Wood chega a Abu Ghraib em agosto de 2003, não muito tempo depois da entrada de Karpinski. Para Wood, as atividades de inteligência estavam sendo prejudicadas pelo excesso de prisioneiros de baixa prioridade e pela desorganização da prisão. A Capitã era adepta das táticas de investigação sancionadas pelos Estados Unidos em locais como Guantánamo, mas que não possuíam precedentes na doutrina militar, ela “submetia prisioneiros à solitária, à nudez, a acorrentamentos, à privação sensorial e ao uso de cachorros para aterrorizar detentos e obter confissões e informações de inteligência” (Gourevitch; Morris, 2008, p.38).

Vítima de uma socialização neoconservadora e detentora da “virtuosa” mentalidade “nós contra eles” do americano médio, Wood chega ao Iraque com “novos métodos” de investigação, métodos que, em sua opinião, melhor representavam a mentalidade árabe, em oposição às técnicas obsoletas usadas pela doutrina militar desde a Guerra Fria. Antecedendo sua estadia em Abu Ghraib, a Capitã, até então primeira-tenente, passou pelo Afeganistão, onde foi apresentada ao “modelo Bagram²⁵” de investigação, no qual prisioneiros eram submetidos a tortura genital, amputação, violência extrema e até mesmo assassinato (Gourevitch; Morris, 2008).

Assim sendo, Wood, inspirada por sua experiência em Bagram e, com respaldo das inconsistências legais que cercavam o complexo de Abu, decidiu reformular o manual de campo do exército e de inteligência e interrogatório. Com ajuda de colegas, ela conseguiu acesso a um manual usado pelo pessoal da Task Force 20²⁶ e, em suas palavras, o plagiou e o

²³ Os súbditos de um Estado que não esteja ligado à Convenção não são protegidos por ela. Os súbditos de um Estado neutro que se encontrem no território de um Estado beligerante e os súbditos de um Estado beligerante não serão considerados como pessoas protegidas enquanto o Estado de que são súbditos tiver representação diplomática normal junto do Estado em poder do qual se encontrem (Convenção de Genebra IV, 1949 p.12).

²⁴ Medida extraordinária tomada em conflitos armados, consiste na detenção de pessoas que apresentam ameaça à segurança do Estado. Medida para reduzir os direitos de um prisioneiro. (International Committee of The Red Cross, 2024).

²⁵ Construído nos anos 1950 pela União Soviética, é um centro de detenção e base aérea estadunidense no Afeganistão. Considerada central durante a Guerra ao Terror contra o Talibã e a Al-Qaeda (BBC, 2012).

²⁶ Força de combate temporária, que atuavam 24h em atividades secretas para o presidente e o serviço secreto. As diretrizes do manual nunca foram divulgadas ao público (Gourevitch; Morris, 2008).

submeteu ao comando da brigada para aprovação. Quando ela não obteve retorno dos oficiais de inteligência, ela foi até o General Ricardo Sanchez, que operando de acordo com as diretrizes de Miller, aprovou as novas técnicas, descritas por Wood como “amenas” (Gourevitch; Morris, 2008).

3.3 A Organização Prisional de Abu Ghraib.

Os delitos que ocorreram na prisão de guerra em Abu Ghraib foram descobertos através de evidências fotográficas, que forneceram provas irrefutáveis sobre os maus-tratos dos detentos iraquianos. Como mencionado, as táticas de investigação que deram aporte a execução dessas violências foram aprovadas no final de 2003 e é necessário compreendermos a organização interna do local para que possamos entender como ocorreu a aplicação dessas diretrizes entre os oficiais da polícia militar e os oficiais de inteligência no complexo.

Em 13 de Janeiro de 2004, um membro da Companhia 372^a da polícia militar denunciou os abusos ocorridos no complexo prisional e foram iniciadas investigações militares. Logo em seguida, o General Ricardo Sanchez, comandante das forças americanas no Iraque, solicitou uma investigação sobre as ações da 800^a Brigada militar, datada de novembro de 2003 até janeiro de 2004 (Washington Post, 2006). Por intermédio do relatório gerado por essa investigação, descobriu-se que entre a chegada de Carolyn Wood, em agosto de 2003, e o início das investigações por Taguba em 2004, a prisão passou por um processo de reorganização interna.

O local, que já estava sendo alvo de acusações de maus tratos, estabelece a supracitada “nova política de interrogação e contra resistência” e a Companhia 372^a da polícia militar assume a responsabilidade sobre os setores 1A e 1B do complexo. Em oposição ao sistema prisional tradicional, a organização da prisão de Abu Ghraib era de responsabilidade da inteligência militar, mas não do Departamento de Defesa do Estado. A inteligência militar respondia ao Departamento do Interior, responsável por tratar de questões sociais, ambientais e culturais (Gourevitch; Morris, 2008).

A subordinação da inteligência ao Departamento do Interior representava uma estratégia criada para contornar evidências que facilitassem a identificação de crimes de guerra em Abu Ghraib. Para além da busca por impunidade, essa subordinação separava a inteligência militar do Pentágono, evitando que as novas táticas de investigação fossem

ligadas ao Departamento de Defesa (DoD). Se o modelo tradicional fosse seguido, o DoD teria de aprovar as novas diretrizes, criando um registro entre os ocorridos na prisão e o Estado. Nesse sentido, as regras de investigação usadas no Iraque nunca foram regras formais, já que existiam em um limbo proposital e cheio de brechas burocráticas.

Assim, a inteligência militar tinha “rédeas livres” para tratar dos detentos da maneira que desejassem, visto que lidavam com presos de guerra que, graças ao memorando da CPA, não estavam protegidos pela Convenção de Genebra. Em conjunto a esses fatores, os membros da polícia militar da companhia 372^a não eram educados no serviço prisional e foram designados à função por necessidade.

“Não houve menção às Convenções de Genebra ou à Doutrina militar dos EUA sobre encarceramento ou interrogatório. Não existia regulamentação escrita [...] e quando Frederick pediu uma cópia do procedimento operacional padrão da prisão, tudo o que ele recebeu foi uma página com as regras de engajamento, que tratavam do passo a passo para o uso da força em um conflito perigoso: gritar, mostrar a arma, empurrar e atirar. ‘Não tinha nada a ver com lidar com os detidos’, disse ele” (Gourevitch; Morris, 2008, p.89-90, tradução nossa).²⁷

O Major General Geoffrey Miller indicou que Sanchez desenhasse “diretrizes e procedimentos compreensivos e abrangentes sobre a segurança física dos detentos e ‘realizasse treinamentos com as lideranças e soldados sobre a implementação desses procedimentos’” (Gourevitch; Morris, 2008, p.90, tradução nossa)²⁸. No entanto, a política de Sanchez garantiu aos interrogadores autoridade total sobre os prisioneiros e, por extensão de cadeia de comando, aos policiais militares estacionados em Abu Ghraib.

“Na sua primeira página, a política afirma: ‘O interrogador deve ser aquele que controla todos os aspectos do interrogatório, incluindo a iluminação, o aquecimento e a configuração da sala de interrogatório, bem como a alimentação, o vestuário e o abrigo dados aos prisioneiros.’[...] As operações de interrogatório nunca são conduzidas em um vácuo; eles são conduzidos em cooperação com as unidades de detenção. Regulamentos e diretrizes de detenção devem ser padronizados para garantir consistência com as políticas de interrogatório da unidade de inteligência.” (Gourevitch; Morris, 2008, p.90, tradução nossa).²⁹

²⁷ There were no written regulations for the MI cell block, and when Frederick asked for a copy of the prison’s standard operating procedure, all he - got was the MPs’ one-page rules of engagement, which described the steps for escalating the use of force in a dangerous confrontation: shout, show, shove, shoot. “It had nothing to do with handling the detainees,” he said. (Gourevitch; Morris, 2008, p.89-90).

²⁸ Major General Geoffrey Miller had urged the Baghdad command to “develop a comprehensive set of detention physical security SOPs for MPs” and “conduct training for detention center leadership and staff on the implementation of these procedures.” (Gourevitch; Morris, 2008 p.90).

²⁹ “The interrogator should appear to be the one who controls all aspects of the interrogation, to include the lighting, heating and configuration of the interrogation room, as well as the food, clothing and shelter given to the security internee.” [...] Interrogation operations are never conducted in a vacuum; they are conducted in close cooperation with the detaining units. Detention regulations and policies established by detaining units should be harmonized to ensure consistency with the interrogation policies of the intelligence collection unit.” (Gourevitch; Morris, 2008 p.90).

Desse modo, a organização interna do complexo de Abu Ghraib serviu como respaldo para os abusos detalhados no Relatório de Taguba e, posteriormente, expostos ao público por meio de evidências fotográficas. Foi a partir dessas diretrizes que fomentou-se um ambiente em que o exercício da violência e da violência sexualizada eram incentivados. A burocratização da violência permitiu que ela fosse instrumentalizada e passasse a fazer parte dos processos diários dos soldados responsáveis pela segurança do complexo prisional.

4. MASCULINIDADE MILITARIZADA, ESTADOS UNIDOS E MULHERES SOLDADOS.

Segundo o argumento desenhado nessa monografia, as violências exercidas no complexo prisional de Abu Ghraib se diferenciam de práticas de investigação e tortura sancionadas pelo governo estadunidense, na medida em que foram fortemente demarcadas pelo gênero. Esses delitos são formas de violência gênero, porque além do militarismo estadunidense se enquadrar em uma estrutura de poder onde hierarquias de gênero bem definidas estão presentes, as táticas de investigação usadas possuíam caráter sexualizado e podem ser entendidas como uso estratégico da violência sexual em contexto de conflito.

Neste capítulo, será abordado, a construção da masculinidade militarizada no contexto militar dos Estados Unidos da América, a influência desse enquadramento de poder no papel das mulheres soldados e o modo em que essa construção resultou no exercício de violências sexualizadas dentro do complexo prisional. Usaremos da abordagem do feminismo pós-estruturalista para argumentar que essas masculinidades são construídas por intermédio do discurso, que é reproduzido socialmente. A socialização do soldado americano é, desse modo, fundamentada pelo discurso de gênero.

Quando tratamos de discurso, nos referimos a uma articulação, não necessariamente escrita, que cria e organiza as relações dentro de determinado campo (Laclau; Mouffe, 2008). O discurso é, assim sendo, uma prática e não apenas uma série de conjuntos textuais, afirmações ou linguagem (Coelho, 2021). Desse modo, os sistemas de articulação-produção do discurso estão diretamente relacionados ao poder e a possibilidade de definir e construir a realidade através de signos, símbolos e práticas articuladoras (Shepard, 2006).(elaborar mais)

O caso de Abu Ghraib ganhou destaque midiático devido à presença feminina nas fotografias tiradas pelos soldados americanos. Dos nomes citados, os mais conhecidos são os das mulheres envolvidas: Megan Ambuhl, Carolyn Wood, Sabrina Harman e Lynndie England. Daremos ênfase ao papel delas como soldados para argumentar que os atos de violência exercidos por elas não tinham apenas ímpeto moral, mas funcionaram como uma tentativa de adequação aos padrões da masculinidade militarizada.

4.1 Masculinidade Militarizada nos Estados Unidos da América

Anteriormente já abordamos as masculinidades militarizadas como um conceito geral, mas nesta seção exploraremos o conceito de modo aplicado. A instituição militar estadunidense tem um papel social central, que garante que o militarismo funcione como uma peça chave para a construção discursiva das ideias de masculinidade. Isso ocorre, porque o complexo militar se tornou, ao longo dos anos, uma estrutura social que existe em todas as camadas da sociedade estadunidense. Para além da sua influência através da socialização, o militarismo é um ponto de entrada para acesso a empregabilidade, educação, serviços de bem estar social, prestígio e reconhecimento (Daquino; Lude; Palmisano; Raddadi, 2022).

A masculinidade atrelada ao militarismo é socializada, normalizada e valorizada por meio da construção, exploração e manutenção das políticas militarizadas de instituições associadas com a guerra (Morgan, 1994; Howell, 2018;; Daquino; Lude; Palmisano; Raddadi, 2022). Os Estados Unidos possui uma relação extensa com o militarismo e a masculinidade, que pode ser traçada a criação do exército estadunidense e sua consolidação, mas foi a Guerra ao Terror redimensionou esses laços ao promover um ambiente global de hipermasculinidade (Wegner, 2006; Banwell, 2022).

Segundo Salter (2014) o exército estadunidense é, historicamente, o criador e defensor das normas de masculinidade Ocidente:

“O conceito de masculinidade nos Estados Unidos, especialmente em sua forma militarizada, é definido em oposição ao gênero. A relação entre gênero e raça estabelece os arquétipos hierárquicos da sociedade estadunidense, com o homem no topo” (Daquino; Lude; Palmisano; Raddadi, 2022, p.19, tradução nossa³⁰).

A sociedade estadunidense é, assim sendo, fortemente demarcada pela militarização, dando ênfase aos valores militares como: projeção de poder, força, racionalidade, dominação e coerção (Lude, 2024). Esses valores são, como já supracitado, atribuídos a formas idealizadas de masculinidades e demonstram a conexão entre a construção do militarismo e a masculinidade.

Isso não significa dizer que a masculinidade militarizada é engessada. Como já abordado anteriormente, as noções que perpetuam esse enquadramento do poder não são fixas, mas dependem de dimensões culturais, geográficas e temporais (Eichler, 2014;

³⁰ The concept of masculinity in the US, and even more so its militarized form, is defined principally in opposition to gender, so male vs. non-male, and race, i.e. White vs. non-White. The interplay of gender and race provides the archetypical hierarchical set-up of US society, with the white male at the top (Daquino; Lude; Palmisano; Raddadi, 2022, p.19).

Dacquino; Lude; Palmisano; Raddadi, 2022). O complexo militar estadunidense sempre desfrutou de altos níveis de popularidade doméstica e essa aprovação popular foi utilizada, em 2001, pelo governo Bush como ferramenta para unificação do povo americano frente ao inimigo externo (Jervis 2005).

Durante o governo Bush, nos anos posteriores ao atentado de 11 de Setembro de 2001, implementou-se a ideia de que o complexo militar estadunidense agiria como a “polícia do mundo” (Jervis, 2005). A instrumentalização do exército foi impulsionada por meio do discurso, tendo em vista que “o militarismo funciona discursivamente” (Butterworth; Moskal, 2009, p. 412, tradução nossa)³¹. A construção de uma nova forma de militarismo e, conseqüentemente, de uma masculinidade militarizada, ocorreu através da propagação discursiva (por meio de produções audio-visuais integradas na socialização americana), que teve um papel central na formulação de um novo modelo de guerra e na identidade estadunidense (Stahl, 2006, p. 126; Butterworth and Moskal, 2009, p. 428).

“A identidade americana é criada por uma cultura de militarismo, na qual os americanos estão implicados em uma relação estrutural entre o governo, os militares e as indústrias de entretenimento a ponto de se tornar funcionalmente impossível viver fora da produção retórica da guerra” (Butterworth ; Moskal, 2009, p.413, tradução nossa).³²

Entende-se, desse modo, que a consolidação do complexo industrial militar enfraqueceu a divisão entre o militarismo e o dia-a-dia dos Estados Unidos. Dentro da sociedade americana, as forças armadas e o militarismo influenciam as estruturas e práticas civis por meio da história, da mitologia, da mídia, da política, do discurso acadêmico e de outras formas de ideologia patriota (Butterworth; Moskal, 2009). Essa expansão discursiva da militarização para o dia-a-dia civil por intermédio da retórica política, audiovisual e ideológica “normaliza a guerra, tornando-a comum, aparentemente racional e amplamente imune a questionamentos” (Ivie, 2007, p.204, tradução nossa)³³.

Além do militarismo, “o gênero é uma parte central da criação de espaços políticos e da construção de identidades” (Steans, 2003, p.434, tradução nossa)³⁴. De acordo com

³¹ “Militarism functions discursively” (Butterworth; Moskal, 2009, p. 412).

³² American identity is constituted in and by a *culture of militarism*, wherein Americans are implicated in a structural relationship between government, the military, and entertainment industries to the extent that it has become functionally impossible to live outside the rhetorical production of war” (Butterworth; Moskal, 2009, 413).

³³ [...] normalizes war, rendering it habitual, seemingly rational, and largely immune to challenge” (Ivie, 2007, p. 204).

³⁴ Gender is deeply implicated in the carving out of political spaces [and in] the construction of identities (Steans, 2003, p.434).

Shepherd (2006), a administração do governo Bush fez uso de construções específicas de gênero durante a criação e, posteriormente, na execução da “*Operation Enduring Freedom*” no Afeganistão. Em conjunção ao militarismo, a construção discursiva do gênero foi instrumentalizada para criar e perpetuar uma resposta legítima aos ataques terroristas de 2001 (Shepherd, 2006).

“As conexões discursivas entre a Al-Qaeda e o Afeganistão, entre apoiar a guerra e acreditar na paz, foram reforçadas através de articulações de gênero” (Shepherd, 2006, p.20, tradução nossa³⁵). Logo após os atentados, a produção midiática estadunidense, especialmente as produções de viés jornalístico, passaram a reproduzir as articulações discursivas do presidente e sua administração. Os Estados Unidos passaram a ser retratados como uma nação sob ataque por representar “a maior força do bem na história” (Bush, 2001) e buscar a liberdade e a manutenção da paz e dos valores da democracia ocidental.

Essa construção macro da identidade de uma nação repercutiu no dia-a-dia do povo estadunidense, como supracitado, por intermédio da aproximação entre “a nação” e o “cidadão comum de bem” (Shepherd, 2006). A aproximação se consolidou com aporte midiático, na medida em que a mídia produz significados (demarcados pelo enquadramento de poder) e esses significados são transmitidos para as audiências através de estruturas complexas de comunicação (Hall, 1980).

A comunicação complexa é uma ferramenta discursiva, responsável pelas práticas de produção, circulação e distribuição de conteúdos e ideias (Hall, 1980). A articulação dessas ideias é feita pela codificação do que já existe socialmente e ao significado que será propagado. No contexto da masculinidade militarizada e do governo Bush, a articulação e a comunicação complexa usaram do enquadramento de gênero para elaborar uma imagem de uma nação ideal, implicitamente masculina e militarizada (Harp; Struckman, 2010).

4.3 As soldados de Abu Ghraib em um contexto de masculinidade militarizada.

³⁵ The discursive links between Al Qaeda and Afghanistan, between supporting war and believing in peace, were reinforced through gendered articulations (Shepherd, 2006. p,20).

Retomando a ideia de que a guerra ao terror ocorreu em um contexto de afirmação de uma hipermasculinidade e da própria masculinidade americana após os atentados terroristas de 11 de Setembro, esta seção examinará o papel feminino na execução das violências que demarcaram o complexo prisional de Abu Ghraib em um enquadramento de poder de masculinidades militarizadas.

Considerando a construção de gênero ocidental, onde os papéis de homens e mulheres são baseados em dicotomias que associam feminilidade com domesticidade, maternidade, fraqueza, suavidade e pureza, e a masculinidade a traços opostos: força, controle, agressividade, violência e poder, a presença feminina como soldados desafia a organização social vigente e gera uma crise conceitual (Harp; Struckman, 2010). “As imagens de mulheres americanas participando dos abusos e de torturas em Abu Ghraib se situam fora do comportamento aceitável, especialmente para mulheres, e poucas imagens prepararam o mundo para ver mulheres agindo dessa maneira” (Harp; Struckman, 2010 p.15, tradução nossa)³⁶.

Desse modo, pode-se dizer que a natureza brutal das imagens registradas em Abu Ghraib subverteu as expectativas sociais em relação ao comportamento feminino, gerando inúmeras discussões a respeito da participação de mulheres nos atos de tortura. Diversas reações às denúncias de Abu Ghraib partiram do pressuposto de que a violência extrema é característica inerente aos homens em contexto militar, enquanto a perpetrada por mulheres representaria um desvio de conduta a ser analisado e explicado (Titunik, 2009).

Embora existam mais de mil e oitocentas fotografias tiradas em Abu Ghraib, retratando os abusos citados, a compreensão do que aconteceu é moldada por algumas imagens, que foram repetidamente publicadas e transcritas (Harp; Struckman, 2010). Três das fotografias “virais” (figuras 3 e 4) contam com a presença da reservista e soldado de primeira classe, Lynndie England da 372ª Companhia de Polícia do Exército, algumas das diversas imagens com a reservista especialista Sabrina Harman (figura 5), da mesma companhia e, posteriormente, identificou-se a participação da especialista Megan Ambuhl da 372ª Companhia de Polícia do Exército, que não apareceu nas imagens publicadas em 2004, mas é vista participando dos abusos em fotografias adicionais publicadas pela revista Salon em 2006 (Titunik, 2009).

³⁶ The images of American women participating in abuse and torture at Abu Ghraib are situated well outside acceptable behavior, especially for women, and few images have prepared the world to see women acting in this manner (Harp; Struckman, 2010 p.15).

Figura 3 – Anexo; Lynndie England segurando uma corrente em forma de coleira presa em um detento (foto de 4 novembro de 2003).



Fonte: The Abu Ghraib Files via Web.Archive (2003)

Figura 4 – Anexo; Lynndie England posando com um cigarro em frente aos detentos nus e se masturbando de modo forçado (foto de 4 novembro de 2003).



Fonte: The Abu Ghraib Files via Web.Archive (2003)

Figura 5 – Anexo: Sabrina Harman e Charles Graner posam com uma pirâmide humana de detentos (foto de 7 novembro de 2003).



Fonte: The Abu Ghraib Files via Web.Archive (2003)

A análise de gênero do escândalo revela nuances complexas que desafiam as concepções tradicionais sobre masculinidade e feminilidade em contextos de conflito. Em quase todas as imagens notáveis sobre os ocorridos a temática comum é a mesma: a presença feminina como elemento de escândalo adicional. A participação ativa da mulher soldado em atos de violência sexualizada é uma contradição às construções discursivas de gênero. A postura “brincalhona” de England e Harman nas imagens viralizadas causaram uma reação de “pânico moral” na população americana, que existe e se articula, em uma sociedade com papéis de gênero claros e bem definidos (Banwell, 2022).

Para examinar esse fenômeno das mulheres soldado de Abu Ghraib e no contexto militar, Banwell (2022) expande a pirâmide de hierarquia de masculinidades (Connell, 2005) para incluir a "feminilidade militarizada" em sua base. Essa categoria, embora subordinada a todas as formas de masculinidade, se situa acima de outros tipos de feminilidade articuladas socialmente. Banwell (2022) buscava evidenciar a natureza relacional e discursiva das articulações de gênero, em que masculinidades se definem em oposição a modelos de feminilidade e vice-versa (Connell: Messerschmidt, 2005).

Em Abu Ghraib, essa feminilidade militarizada se materializa nas ações de mulheres soldados como Ambuhl, Harman e England, caracterizadas pela violência e

instrumentalização da tortura em nome da agenda política dos EUA (Banwell, 2022). A construção da "mulher soldado", intimamente ligada ao gênero (Enloe, 1993), é amplificada pela mídia, que retrata diferentes imagens femininas no conflito: a pacífica, a heroína, como Jessica Lynch, e a criminosa, como Lynndie England, Sabrina Harman e Megan Ambuhl.

Lynch era uma mulher soldado do Exército dos EUA, que foi capturada durante a invasão do Iraque em 2003. Inicialmente, os militares a retrataram como uma heroína de guerra que lutou em batalha e suportou tortura e estupro enquanto estava em cativeiro. No entanto, mais tarde foi revelado que grande parte dessa narrativa era fabricada. A arma de Lynch havia falhado, e ela se feriu em um acidente de veículo, não em combate. Ela foi levada para um hospital por forças iraquianas e recebeu cuidados médicos. Os militares dos EUA encenaram uma elaborada operação de resgate, que foi amplamente divulgada, mas a própria Lynch afirmou que foi desnecessária (Harp; Struckman, 2010; Banwell, 2022).

Lynndie England e Jessica Lynch são retratadas como figuras opostas em diversos aspectos, representando polos distintos da feminilidade em um contexto de guerra. Essa oposição é construída principalmente pela mídia e serve para reforçar narrativas e estereótipos de gênero (Harp; Struckman, 2010; Banwell, 2022). Enquanto Lynch foi considerada uma heroína, que mesmo em um posto militarizado ainda cumpriu o papel feminilizado, England e suas companheiras Harman e Ambuhl foram transformadas em exceções. Desse modo, a narrativa de Lynch, especificamente, ilustra a construção de uma feminilidade idealizada, que, apesar de "forte", permanece dependente e vulnerável, em contraste com a masculinidade iraquiana, retratada como "inferior" e "bárbara", mas England, Harman e Ambuhl não se enquadram nessa categoria (Sjoberg, 2007).

A articulação discursiva que precedeu o caso, teve como aporte toda a construção da masculinidade militarizada e dos discursos de hipermasculinidade propagados durante a administração Bush. A estratégia utilizada para a retratação dos crimes foi de outramento, na medida em que as mulheres soldados envolvidas foram removidas da categoria feminina e alterizadas como "maças-podres" (Caldwell, 2012; Banwell, 2022). Essa categorização das soldados como amorais em nível individual serviu dois propósitos: 1) dissociar a imagem delas da feminilidade que havia sido construída em oposição a masculinidade militarizada e 2) isentar a estrutura militar de responsabilidade, já que os crimes teriam caráter individual e não coletivo (Titunik, 2009; Harp; Struckman, 2010).

No entanto, a atuação das mulheres em Abu Ghraib é marcada por interações complexas entre gênero e poder. Ao se aproximarem da masculinidade militarizada, as mulheres soldados se tornam instrumentos de opressão no contexto militar, humilhando homens que as percebem como inferiores e transgredindo normas socioculturais (Morris, 2008). Nesse sentido, o gênero foi ativamente usado como ferramenta de estratégia militar dentro do complexo prisional de Abu Ghraib. Essa instrumentalização do gênero como ferramenta estratégica ocorre, desse modo, de duas maneiras: através da humilhação sexualizada, que demarcou fortemente o episódio, e da presença de mulheres durante a execução de tais violências.

Em suma, embora as táticas de investigação utilizadas na prisão iraquiana sejam consideradas uma deturpação do manual criado para aplicação em Guantánamo, elas foram sancionadas pelos superiores militares e aplicadas com intuito de humilhar sexualmente os prisioneiros (Gourevich; Morris, 2008; Zurbriggen, 2008).

Em seu relatório para as autoridades militares, Taguba descreve diversos atos de sadismo e abuso criminal exercidos pela polícia militar, sob ordem da inteligência militar dos setores 1A e 1B do complexo:

Entre outubro e dezembro de 2003, no Centro de Confinamento de Abu Ghraib, diversos incidentes de sadismo e abusos criminais foram infligidos sobre os detidos. Esse abuso sistêmico e ilegal de detidos foi perpetrado intencionalmente por membros da polícia militar (372ª Companhia da Polícia Militar, 320º Batalhão da Polícia Militar, 800ª Brigada de Polícia Militar) no Nível (seção) 1-A da Prisão de Abu Ghraib. As alegações de abuso foram fundamentadas por depoimentos detalhados de testemunhas e a descoberta de evidências fotográficas extremamente gráficas [...] (Relatório de Taguba, 2004 p.16, tradução nossa)³⁷.

Como atos sádicos, Taguba (2004) descreve: (i) punições físicas extremas (socos, tapas, chutes e pisoteio), (ii) produção de imagens pornográficas de prisioneiros de ambos os sexos (figura 4), (iii) coerção física e manuseio dos prisioneiros em posições sexuais para produção de fotos (figura 3, 4 e 5). Além disso, (iv) prisioneiros eram obrigados a ficarem nus por períodos prolongados, (v) prisioneiros do sexo masculino eram coagidos a usarem roupas íntimas femininas e (vi) também eram obrigados a masturbarem de forma assistida e fotografada (figura 4).

³⁷ That between October and December 2003, at the Abu Ghraib Confinement Facility (BCCF), numerous incidents of sadistic, blatant, and wanton criminal abuses were inflicted on several detainees. This systemic and illegal abuse of detainees was intentionally perpetrated by several members of the military police guard force (372nd Military Police Company, 320th Military Police Battalion, 800th MP Brigade), in Tier (section) 1-A of the Abu Ghraib Prison (BCCF). The allegations of abuse were substantiated by detailed witness statements (ANNEX 26) and the discovery of extremely graphic photographic evidence (Relatório de Taguba, 2004, p.16).

Ao performar símbolos e atos masculinizados, exercer e assistir essas violências (Butler, 2003), elas desafiam o essencialismo de gênero, buscando se adaptar a um ambiente militar marcado pelo sexismo (Cockburn, 1991; Zurbriggen, 2008). Estratégias como a feminização do inimigo emergem como forma de subverter expectativas e se adequar ao sistema (Cohn, 1997, 1993; Sjoberg, 2007; Caldwell, 2016). Com aporte do enquadramento de poder americano, as mulheres soldados de Abu Ghraib exerceram essas violências sexualizadas ao buscarem: 1) se conformar aos padrões implícitos da masculinidade militarizada e 2) alterar os corpos iraquianos, invertendo a pirâmide de poder de gênero. Os papéis que essas mulheres soldado representam, nesse contexto, se revela intrinsecamente paradoxal, já que simultaneamente reforça e desestabiliza as dinâmicas de gênero na guerra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia buscou analisar a maneira em que a construção discursiva do gênero no formato da masculinidade militarizada influenciou a atuação das mulheres soldados nas violências sexualizadas da prisão de Guerra de Abu Ghraib. Isto é, argumentamos que os abusos em Abu Ghraib foram manifestações de violência o que refletem as estruturas de poder nascidas da prática-articulação de gênero e da cultura masculinizada dos Estados Unidos.

Como trabalhado ao longo da monografia, o enquadramento de gênero foi usado pela administração Bush após os atentados de 11 de Setembro como uma ferramenta discursiva para legitimação da ocupação no Afeganistão e do Iraque. Nesse sentido, entender a relação do gênero e do militarismo é de suma importância para compreendermos: 1) o motivo que impulsionou os crimes cometidos na prisão de guerra iraquiana e 2) a participação e as articulações discursivas sobre a participação das mulheres soldado nessas violências.

A fim de alcançar o objetivo geral da pesquisa, apresentamos os conceitos de masculinidade militarizada e violência sexualizada, bem como contextualizamos o conflito, a existência da prisão de guerra de Abu Ghraib e seu funcionamento interno. Usamos a abordagem do feminismo pós-estruturalista, porque compreendemos que o gênero é uma construção do discurso, isto é, é uma prática-articulação criada e reproduzida socialmente. Desse modo, buscamos realizar uma análise sobre a masculinidade militarizada no contexto social estadunidense e exploramos o modo que esse enquadramento de poder influenciou a tomada de decisão dos soldados americanos frente aos detentos do complexo prisional iraquiano.

O contexto da Guerra ao Terror e a ideologia neoconservadora propagadas pela administração Bush possibilitaram a criação de um ambiente propício à violência. A desumanização do inimigo, frequentemente por meio da feminização, foi instrumentalizada pelos soldados americanos e as mulheres soldados, buscando se adequar à cultura militarizada, reproduziram as dinâmicas de poder de gênero. Assim sendo, esse estudo contribui para a compreensão da relação entre gênero e violência em conflitos armados, questionando as narrativas tradicionais e destacando a importância da aplicação de perspectiva feminista para análise de casos de abuso em ambientes como prisões militares.

Por fim, conclui-se que os abusos em Abu Ghraib foram produto de uma cultura militarizada que perpetua a violência de gênero. A participação de mulheres soldados nos abusos ressalta a complexidade da questão e a necessidade de se desconstruir os

enquadramentos de poder que sustentam tais atos. Deste modo, buscamos enriquecer, por meio dessa monografia, o campo pesquisa feminista nas relações internacionais através da crítica das dinâmicas de gênero em conflitos armados.

REFERÊNCIAS

- ÇALKIVIK, Ash. Poststructuralism and Postmodernism in International Relations. Oxford Research Encyclopedia International Studies, Oxford, 7. Ago, 2020. p. 29. Disponível em: 10.1093/acrefore/9780190846626.013.102. Acesso em: 16 de jun. 2024
- ABDULRAZAQ, Tallha. Invasion of Iraq: The original sin of the 21st century. Al Jazeera, 20. março, 2018. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2018/3/20/invasion-of-iraq-the-original-sin-of-the-21st-century>. Acesso em: 16 de jun. 2024
- ASSIS, Larissa Fernandes Ribeiro; SILVEIRA, Nádyá Carolline. Invasão do Iraque: Invasão do Iraque: quinze anos de crimes de guerra sem julgamento. Conjuntura Internacional, Minas Gerais, 7. maio, 2018. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2018/05/07/invasao-do-iraque-quinze-anos-de-crimes-de-guerra-sem-julgamento/>. Acesso em: 16 de jun. 2024.
- AMBOS, Kati. Violence Sexual em conflitos armados y derecho penal internacional. 2013. Acesso em: 16 jun. 2024.
- ASSER, Martin. Abu Ghraib: Dark stain on Iraq 's past. BBC News, Inglaterra, 25 mai, 2004. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/3747005.stm>. Acesso em: 16 de jun. 2024.
- BANWELL, Stacy. Empire-building and Coerced Sexual Activities in Post-Invasion/occupation Iraq. In: BANWELL, Stacy. Gender and the Violence(s) of War and Armed Conflict: More Dangerous to Be a Woman? Emerald Publishing, Bingley, 2020. Cap. 3 p, 65-85.
- BANWELL, Stacy. War-on-Terror Femininity and the Sexualised Violence(s) at Abu Ghraib. In: BANWELL, Stacy. Gender and the Violence(s) of War and Armed Conflict: More Dangerous to Be a Woman? Emerald Publishing, Bingley, 2020. Cap. 5 p, 107-135.
- BBC. US left Bagram Airbase at night with no notice, Afghan commander says. BBC, Inglaterra, jul. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-57682290>. Acesso em: 16 de jun. 2024.
- BUTTERWORTH, Michael L; MOSKAR, Stormi. American Football, Flags, and Fun: The Bell Helicopter Armed Forces Bowl and the Rhetorical Production of Militarism. Communication, culture & critique, v.2, n.. 4 p. 411–433, 2009.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: feminismo e a questão do 'pós-modernismo'. Cadernos Pagu, n. 11, p. 11-42, 1998. Acesso em: 16 de jun. 2024.
- BUTLER, Judith. Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity. Routledge, Nova Iorque, 1990. Acesso em: 16 de jun. 2024.

BUSH, George. President Asks American Children to Help Afghan Children, 2001. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2001/10/20011012-4.html>. Acesso em: 01 de nov. 2024.

BOURDIEU, Pierre. Practical Reason: On the Theory of Action. Stanford University Press, California, 1 jul. 1998.

CASTRO, Helena Salim; FAUSTINI, Ana Carolina Miguel; VIEIRA, Raissa do Vale. Feminismo Pós-Estruturalista. Dicionário de Gênero e Segurança. São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero, 2023. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/feminismo-pos-estruturalista/>. Acesso em: 16 de jun. 2024.

CNN Editorial Research. Operation Iraqi Freedom and Operation New Dawn Fast Facts. CNN, Georgia, 2022. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2013/10/30/world/meast/operation-iraqi-freedom-and-operation-new-dawn-fast-facts/index.html>. Acesso em: 16 de jun. 2024.

COCKBURN, Cynthia. From Where We Stand: War, Women's Activism and Feminist Analysis. Zed Books, Nova Iorque, 2007. Acesso em: 16 de jun. 2024

COCKBURN, Cynthia. Gender Relations as Causal in Militarization and War. International Feminist Journal of Politics, v.20, n. 2, p. 139-157. Acesso em: 16 de jun. 2024.

COCKBURN, Cynthia. War and security, women and gender: an overview of the Issues. Gender and Development, v. 21, n. 3 p. 433-452. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24697269>

COELHO, Gabriel Bandejas. A teoria do discurso como base epistemológica de compreensão para a sociologia da ciência: aportes sobre a (des)fundamentação e a desconstrução das verdades absolutas. Sociologias, Porto Alegre, vol.23, n. 58, set-dez 2021, p. 326-358. Acesso em: 01 de nov. 2024

CONVENÇÃO DE GENEBRA. Convention (IV) relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War. Genebra, 12 ago. 1949. Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/gciv-1949>. Acesso em: 16 de jun. 2024.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. Gender & society, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005. Acesso em: 16 de jun. 2024.

COHN, Carol; ENLOE, Cynthia. A Conversation with Cynthia Enloe: Feminists Look at Masculinity and the Men Who Wage War. Signs: Journal of Women in Culture and Society, v. 28, n.4, p. 1187-1207, 2003. Acesso em: 16 de jun. 2024.

COHN, Carol. Sex and Death in The Rational World of Defense Intellectuals. Signs: Journal of Women in Culture and Society, v. 12, n.4, p. 687-718, 1987. Acesso em: 16 de jun. 2024

COHN, Carol. Wars, Wimps, and Women: Talking Gender and Thinking War. In: COOKE, Mirian; WOOLLACOTT, Angela e et al. Gendering War Talk. Princeton University Press, Nova Jersey, 1993. Cap 10. p.227-246.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. The Iraq War: 2003-2011. Council on Foreign Relations, Nova Iorque, 2024. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/iraq-war>. Acesso em: 16 de jun. 2024.

DACQUINO, Margherita; LUDE, Conrad Otto; PALMISANO, Clara; RADDADI, Gaya. Militarised Masculinities: Identifying Causes, Manifestations, and Strategies for Change. International League for Peace & Freedom, Genebra, 2022. Disponível em: <https://www.wilpf.org/wp-content/uploads/2022/03/IHEID-WILPF-Capstone-Study-on-US-Military-Recruitment-and-Militarised-Masculinities-Dec-2021.pdf>. Acesso em: 2 de nov. 2024.

DERRIDA, Jacques. Of Grammatology. The John Hopkins University Press, Baltimore, 1997.

EICHLER, Maya. Militarized Masculinities in International Relations. The Brown Journal of World Affairs, v. 21, n.1, p.81-93, 2014. Acesso em: 16 de jun. 2024

ENLOE, Cynthia. Foreword. In: SJOBERG, Laura; VIA, Sandra e et al. Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives. California: Praeger, 2010. Foreword. p. xi-xv.

ENLOE, Cynthia. Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics. University of California Press, California, 1989.

ENLOE, Cynthia. Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives. University of California Press, California, 1 de fev. 2000.

EUROPEAN INSTITUTE OF GENDER EQUALITY. Gendering. European Institute of Gender Equality, Vilnius, 2024. Disponível em: <https://eige.europa.eu/publications-resources/thesaurus/terms/1339>. Acesso em: 2 de nov. 2024.

FERREIRA, Ana Caroline. O humano nu e abandonado do meu tempo: reflexões sobre Abu Ghraib e o processo de desumanização do humano. 2019. 167 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado de Ciências Sociais) - Centro de Letras e Ciências Humanas Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

FERREIRA, Marcos Alan S.4 V. Panorama da Política de Segurança dos Estados Unidos Após o 11 de Setembro: o espectro neoconservador e a reestruturação organizacional do estado. In: SOUZA, André de Mello e et al. Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror: reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: Ipea, 2014. Cap. 2. p. 45-65. Acesso em: 16 de jun. 2024

FOUCAULT, Michel. The Will to Knowledge: The History of Sexuality Vol. I. Penguin Books, Londres, 29. 1998. Acesso em: 16 de jun. 2024

GOLDSTEIN, Joshua. War and Gender: How Gender Shapes the War System and Vice Versa. Cambridge University Press, Cambridge, 18 ago. 2003. Acesso em: 16 de jun. 2024

GOUREVITCH, Philip; MORRIS, Errol. The Ballad of Abu Ghraib. Penguin Random House, Nova Iorque, 28 de abr. 2009. Acesso em: 16 de jun. 2024

GOUREVITCH, Philip; MORRIS, Errol. Exposure: The woman behind the camera in Abu Ghraib. New York Times, Nova Iorque, 17 de março de 2008. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2008/03/24/exposure-5>. Acesso em: 01 de nov. 2024.

GRZEMNY, Dariusz; PANDEA, Anca-Ruxandra; KEEN, Eileen. Gender Identity, gender-based violence and human rights. In: GOMES, Rui e et.al. Gender Matters: A manual on addressing gender-based violence affecting young people. The Council of Europe, Hungria, 2019. Cap 1. p. 17-52. Acesso em: 16 de jun. 2024

HALL, Stuart. Encoding/decoding. In: HALL, Stuart; LOWE, Andrew; HOBSON, Dorothy (Eds.), Culture, Media, Language: Working Papers in Cultural Studies 1972-79 . Routledge, Londres. Cap 10. p.107-116.

HARP, Dustin; STRUCKMAN, Sara. The Articulation of Lynndie England to Abu Ghraib: Gender Ideologies, War, and the Construction of Reality. Journal of Magazine Media, vol.11, n,2, 2010,

HUMAN RIGHTS WATCH. The Road to Abu Ghraib. Human Rights Watch, Nova Iorque, 8 jun, 2004. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2004/06/09/road-abu-ghraib>. Acesso em: 16 de jun. 2024

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. International humanitarian law and policy on Detention. International Committee of The Red Cross, Geneva, 2024. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/law-and-policy/detention>. Acesso em 16 de junho. 2024.

IVIE, Robert. Dissent from war. Kumarian Press, Connecticut, 1 ago, 2007.

JERVIS, Robert. "Why the Bush Doctrine cannot be sustained." Political Science Quarterly v.120, n. 3, p. 351-377, 2005.

KRISTOL, I. The neoconservative persuasion. The weekly standard, 25 de Aug. 2003. Acesso em: 16 de jun. 2024.

LIM, Christine; Singal, Jesse; Stephey, M.J. April 2004: Abu Ghraib. TIME, Nova Iorque, 19 mar, 2010. Disponível em: https://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1967340_1967350_1967470,00.html. Acesso em: 16 de jun. 2024

LUDE, Conrad Otto. The Complex Effects of Militarisation on Masculinities. Brennpunkt, Alemanha, 2024. Disponível em: <https://www.brennpunkt.lu/article/the-complex-effects-of-militarisation-on-masculinities/>. Acesso em: 2 de nov. 2024.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics. Verso, Nova Iorque, 7 de janeiro de 2001.

MARIANO, Silvana Aparecida. O Sujeito do Feminismo e o Pós-estruturalismo. Revista de Estudos Feministas. Rev. Estudo. Fem. V. 13, n.3 p. 483- 505, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/8mFpyJkkjRyMxnsqxQBZ95z/#>. Acesso em: 16 de jun. 2024.

MASTROIANNI, George R. Looking Back: Understanding Abu Ghraib. The US Army War College Quarters: Parameters. V. 43, n. 2, p. 53-65 Acesso em: 16 de jun. 2024.

MESQUITA JÚNIOR, Kleber. Pós-estruturalismo em Relações Internacionais: uma proposta subversiva de análise do mundo contemporâneo. 2018. 19 p. Artigo científico (Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), Foz do Iguaçu, 2018.

NASCIMENTO, Kamila. Hegemonia e estratégia socialista. Revista Sociedade e Estado, v.32, n. 2, p. 535-539, 2017. Acesso em: 16 de jun. 2024.

NELSON, Halle. Reckoning with Sexual Violence, Sexual Terrorism, and Sexual Trauma in the Holocaust. National Sexual Violence Resource Center, Pensilvânia, 18 abril, 2023.

Disponível em:

<https://www.nsvrc.org/blogs/reckoning-sexual-violence-sexual-terrorism-and-sexual-trauma-holocaust>. Acesso em: 16 de jun. 2024.

PETERSON, V. Spike; RUNYAN Anne Sisson. Introduction: Gender and Global Issues. Westview Press, Colorado, 2014.

PETERSON, V. Spike. Gender, Militarization, and Security. In: SJOBERG, Laura; VIA, Sandra e et al. Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives. California: Praeger, 2010. Cap. 1 p, 17-30.

ONU. Glossary on Sexual Exploitation and Abuse, 2017. Disponível:

<https://hr.un.org/materials/un-glossary-sexual-exploitation-and-abuse-english>. Acesso: 16 de junho.2024.

OLIVEIRA, Bruno. Vinte anos da Guerra ao Terror. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 16 de set. 2021. Disponível em:

<https://diplomatique.org.br/vinte-anos-da-guerra-ao-terror/>. Acesso em: 16 de jun. 2024.

REZENDE, Victória Medeiros. Violência Sexual em Conflitos Armados no Tribunal Penal Internacional: uma leitura feminista interseccional. 2021. 176 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

REARDON, Betty. Sexism and the War System. New York: Syracuse University Press. Califórnia, 1 de maio de 1996.

ROBERTS, Adam. The ‘War on Terror’ in Historical Perspective. The International Institute for Strategic Studies. v. 42, n. 2, p. 101-130, 2005. Acesso em: 16 de jun. 2024.

SALTER, Michael. “Toys for the Boys? Drones, Pleasure and Popular Culture in the Militarisation of Policing.”. Critical Criminology, v. 22, n. 2, p. 163-177, 2014,

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SCOTT, Joan W "Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista". *Debate Feminista*, São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), p. 203-222, 1999.

SCOTT, Joan W. Gender: Still a Useful Category of Analysis? *Diogenes*, v. 57, n. 1, p. 7-14, 2010.

SHEPHERD, Laura J.. "Veiled References: Construction of Gender in the Bush Administration Discourse on the Attacks on Afghanistan Post-9/11." *International Feminist Journal of Politics*, v. 8, n. 1, p. 19–41, 2006.

SJOBORG, Laura. *Gender, Justice, And the Wars in Iraq: A Feminist Reformulation of Just War Theory*. Lexington Books, Londres, 26 mai. 2006.

SJOBORG, Laura. Agency, Militarized Femininity and Enemy Others: Observations From The War In Iraq, *International Feminist Journal of Politics*, vol. 9, n.1, p. 82-101, 2007.

SJOBORG, Laura. Gendering the Empire's Soldiers: Gender Ideologies, the U.S Military, and the "War on Terror". In: SJOBORG, Laura; VIA, Sandra e et al. *Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives*. California: Praeger, 2010. Cap. 16 p. 209-219.

STAHL, Roger. "Have You Played the War on Terror?". *Critical studies in media communication*, vol.23, n. 2, p. 112–130, 2006.

STERN, Maria. Poststructuralist Feminism in World Politics. In: STEANS, Jill; TEPE-BELFRAGE, Daniela (eds). *Handbook on Gender in World Politics*. Edward Elgar Publishing, 2016.

SONTAG, Susan. Regarding The Torture Of Others. *New York Times*, Nova Iorque, 23 mai, 2004. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2004/05/23/magazine/regarding-the-torture-of-others.html>. Acesso em: 16 jun. 2024.

THE GUARDIAN. So, Mr Bremer, where did all the money go? *The Guardian*, Inglaterra, 7 jul. 2005. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2005/jul/07/iraq.features11>. Acesso em: 16 jun. 2024.

TICKNER, J. Ann. *Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security (New directions in world politics)*. Columbia University Press, Nova Iorque, 1 Jan. 1992.

TITUNIK, Regina. Are we all torturers now? A reconsideration of women's violence at Abu Ghraib, *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 22, n.2, p. 257-277, 2009.

USA. Independent Panel to Review DoD Detention Operations. USA Government, Arlington, 2004. 102 p.

VIA, Sandra. Gender, Militarism, and Globalization: Soldiers for Hire and Hegemonic Masculinity. In: SJOBORG, Laura; VIA, Sandra e et al. *Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives*. California: Praeger, 2010. Cap. 3 p, 42-57.

WASHINGTON POST. Chronology of Abu Ghraib. Washington Post, Washington, 7 fev, 2006. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/wp-srv/world/iraq/abughraib/timeline.html> Acesso em: 16 de jun. 2024.

WIKILEAKS. Abu Ghraib (Abu Ghraib) map associated with the 4 Sep 2003 SECRET satellite imagery of Camp Ganci. Wikileaks, 2003. Acesso em: 16 de jun. 2024.

WILLIAMS, Joan. Feminism and Post-Structuralism. Michigan Law Review, v.88, n. 6, p.1776-1791, 1990. Acesso em: 16 de jun. 2024.

WOOD, Elisabeth Jean. Sexual Violence during War: Toward an Understanding of Variation. In: SJOBERG, Laura; VIA, Sandra e et al. Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives. California: Praeger, 2010. Cap. 10 p, 124-138.

ZURBRIGGEN, Eileen L. Sexualized Torture and Abuse at Abu Ghraib Prison: Feminist Psychological Analyses. Feminism & Psychology, v.12, n. 3, p.301-320, 2008. Acesso em: 16 de jun. 2024.

ZARRUGH, Amina. Review of Fallgirls: Gender and the Framing of Torture at Abu Ghraib by Ryan Ashley Caldwell. Societies Without Borders, vol.7, n.2 p.260-263, 2012. Acesso em: 1 de nov, 2024.